



## Bancada feminina cresce e Senado deixa de ser casa só de homens

PÁGINA 12

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1999 – Brasília, 30 de agosto a 5 de setembro de 2004

EDIÇÃO SEMANAL

### PPPs

Projeto continua sem acordo. O relator Valdir Raupp só dará parecer às emendas depois da negociação.

PÁGINA 7

### CPI DO BANESTADO

Senador Antero Paes de Barros defende moralização das operações financeiras e cambiais.

PÁGINA 10

### TERRA INDÍGENA

Sibá Machado e Mozarildo Cavalcanti opinam sobre a área Raposa/Serra do Sol.

PÁGINA 13

### ANCINAV E CFJ

Ainda em setembro, audiências públicas trarão ao Senado autoridades do governo, cineastas e jornalistas.

PÁGINA 8

### LIVROS

VI Bienal do Ceará lança títulos inéditos editados pelo Conselho Editorial do Senado.

PÁGINA 15

### e mais...

#### PERGUNTE AO SENADOR

.....PÁGINA 3

#### VOZ DO LEITOR

.....PÁGINA 3

#### PROJETOS

.....PÁGINA 9

Plenário do Senado pode concluir logo o exame da reforma do Judiciário

## Pobre terá mais acesso à Justiça, prevê relator

### Instrumentos que podem mudar a face da Justiça brasileira

A súmula vinculante, que obriga todas as instâncias a acatar decisão do Supremo Tribunal Federal

O Conselho Nacional de Justiça, órgão encarregado de fiscalizar o funcionamento do Judiciário

O fim dos recessos de meio e fim de ano dos tribunais

A federalização dos crimes contra direitos humanos



O relator da reforma do Judiciário, senador José Jorge, acredita que a proposta facilita o acesso da população carente à Justiça, além de garantir maior agilidade nos processos. José Jorge destaca que existem todas as condições para que a votação da reforma seja

concluída logo no Plenário do Senado. Diagnóstico da Fundação Getúlio Vargas mostra que a falta de planejamento é um dos grandes problemas da Justiça. Pesquisa feita pelo Ibope revela que a população tem imagem negativa do Poder Judiciário.

PÁGINAS 4 A 6

### Subcomissão busca fim do impasse na informática

Uma subcomissão presidida por Hélio Costa tenta resolver o impasse em torno do projeto de alteração na Lei de Informática, que manteve a pauta do Senado obstruída durante o esforço concentrado. Um dos problemas é o incentivo fiscal para fabricação de monitores de vídeo e de computadores.

PÁGINA 7

### Suassuna fará proposta para Lei da Biossegurança

Relator da proposta da Lei da Biossegurança em três comissões do Senado, Ney Suassuna informa que está ouvindo cientistas e representantes do governo para elaborar novo substitutivo à proposta aprovada pela Câmara. Uma das polêmicas em torno do assunto é o uso de células-tronco para pesquisas.

PÁGINA 7

### No Cidadania, calendário e dicas para vacinação

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite, iniciada no dia 21, prossegue até sexta-feira. Nesta edição do *Especial Cidadania*, conheça o calendário de vacinação e outras informações úteis.

PÁGINA 16



Os postos de saúde estão aplicando a vacina no horário normal de funcionamento. É importante levar o cartão da criança

JOSÉ CRUZ/ABR

### Comunicação mais eficiente com a sociedade

Tornar-se um canal de comunicação entre o Senado e a sociedade – esse é o propósito desta edição semanal do *Jornal do Senado*, que circula a partir de hoje. Para tanto, apresenta o resumo das atividades da semana e a previsão dos trabalhos da Casa no Plenário e nas diversas comissões.







## Voz do Leitor

## CÉLULAS-TRONCO

“Veja a imagem do candidato democrata John Kerry, dos Estados Unidos, em todos os jornais, onde ele diz que irá autorizar pesquisas em seres humanos com células-tronco embrionárias e adultas. Pergunto: por que nós, os brasileiros, não sermos os primeiros nessa pesquisa? Por que os senadores barram tanto a votação para esse projeto tão importante, dando ouvido à Igreja? Eu e meu marido precisamos desse tratamento, pois eu sofri um erro médico e hoje sou tetraplégica. Meu marido operou de glaucoma e está cego. Com essas células, voltaríamos a ser úteis. Por favor, tirem os tapumes que impedem a votação do projeto. Várias pessoas também precisam. Adiar a votação é uma grande injustiça. Vamos crescer e evoluir.”

**Irene Monteiro Pena, de Campinas (SP)**

## REFORMA DO JUDICIÁRIO

“Senador Edison Lobão, sugiro mudanças no Poder Judiciário. Para a pobreza, esse Poder não funciona. Os excluídos continuam excluídos. Estou cansado de ver tanta coisa injusta, e a elite se mantém intocável. Esse Poder endossa as más condutas daqueles de boa condição.”

**José da Silva Simões, de Londrina (PR)**

“Senadores Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Heloísa Helena e Arthur Virgílio, a reforma do Judiciário veio para mudar a morosidade de nossa Justiça em todas as áreas. Porém, quando um cidadão ganha na Justiça do Trabalho em primeira, segunda ou terceira instância, a empresa recorre e atropela o processo. O cidadão precisa conhecer como funciona o julgamento do processo e acabar com toda essa morosidade.”

**Lírio Trancoso, de Cariacica (ES)**

## VIOLÊNCIA

“Solicito que sejam tomadas providências urgentes para acabar com a violência no Rio de Janeiro. A todo instante tomamos conhecimento de pessoas que são assassinadas em via pública, ficando tudo por isso mesmo. Outro dia parei meu carro na Avenida Presidente Vargas e, quando percebi, estava com uma arma no meu rosto. O bandido me deu um tapa no rosto e me mandou ir embora. Não registrei ocorrência por não acreditar mais

nas instituições policiais. Os marginais do Rio de Janeiro assumiram o poder e nós somos seus reféns.”

**Edson Alves Martins, de Niterói (RJ)**

“Até quando ficaremos nessa situação? O narcotráfico e a violência precisam ser combatidos de imediato. A situação não nos permite esperar mais. Alguns falam em colocar o Exército nas ruas. Por que não?”

**Juscelino Moraes de Oliveira, de Axixá (TO)**

“É lamentável termos de reconhecer que, desde o desembarque do senhor Cabral, ainda sejamos mensalmente martirizados pelas irregularidades das empresas de telefonia, de energia elétrica e de água e esgoto. Seria de bom alvitre que a Câmara e o Senado instaurassem CPI para investigar o porquê de tantos maus-tratos contra o povo brasileiro, com má prestação de serviços e cobranças tarifárias absurdas.”

**Joaquim Soares, de Itapipoca (CE)**

## TAXAÇÃO DE INATIVOS

“Sou a favor da reforma da Previdência, mas uma reforma que não prejudique os aposentados, pensionistas, inativos e idosos que deram seu sangue durante muitos anos pelo Brasil. Taxar pensionistas, inativos e aposentados chega a ser uma covardia sem tamanho.”

**Valdelice Licario Roriz, de Cabo Frio (RJ)**

## HABILITAÇÃO

“Senadores de Pernambuco, aqui no interior do estado é muito difícil tirar carteira de motorista, pois chegam a cobrar quase R\$ 600. Pessoas como eu, que ganham pouco, não têm condições de pagar esse valor. Tenho experiência com carros, mas já perdi vários trabalhos por não ter habilitação. Peço que apresentem um projeto para que os pobres possam tirar carteira de motorista gratuitamente, ou por um valor que possamos pagar.”

**Gildo Cavalcante, de Bezerros (PE)**

## REFORMA POLÍTICA

“Senadores Sérgio Guerra, Mão Santa, Patrícia Saboya e Gilberto Mestrinho, sugiro que se crie uma lei para diminuir o número de partidos políticos. Para os que ficarem, que não sejam remunerados com o dinheiro público.”

**George da Silva Brito, de Marília (SP)**

## Conheça o Senado

## Senado começou a funcionar em 1826

A primeira Constituição do Brasil, outorgada em 1824 por dom Pedro I, estabeleceu que o Poder Legislativo seria constituído pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, que, juntos, formariam a Assembléia Geral do Império.

A Assembléia Geral só veio a se reunir em 28 de abril de 1826, data de início da 1ª Legislatura. A primeira sessão ordinária do Senado foi realizada em maio daquele ano.

Cinquenta senadores representavam as províncias em quantidade proporcional à população. O imperador escolhia um senador de cada uma das listas tríplices de candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. O cargo era vitalício e privativo de brasileiros natos ou naturalizados,



Conde dos Arcos, no Rio: primeira sede do Senado

com idade mínima de 40 anos e rendimento anual de pelo menos oitocentos mil réis.

Entre as atribuições do Senado no período imperial estavam: tomar juramento ao imperador; eleger a Regência e marcar os limites de sua autoridade; resolver dúvidas sobre sucessão da Coroa; fazer leis, interpretá-las,

suspendê-las e revogá-las; fixar as despesas públicas; e autorizar o governo a fazer empréstimos.

O solar do Conde dos Arcos, no Campo da Aclamação, no Rio de Janeiro, foi a primeira sede do Senado. O solar passou a ser chamado de Paço do Senado, e abrigou a Casa até 1925.

## Pergunte ao Senador

## RECESSO PARLAMENTAR

**Aloizio Santos Pereira, de Tanquinho (BA)**

Senador Paulo Paim, por que o Senado tem recesso no meio do ano, enquanto todos os trabalhadores brasileiros têm apenas 30 dias de férias?

**O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:**

Aloizio, concordo com o seu questionamento. No ano passado, apresentei uma proposta de emenda constitucional (PEC 47/03) que põe fim ao recesso parlamentar em julho. Isso não só para o Legislativo, mas também para o Judiciário.

O trabalhador tem direito a 40 dias de férias. Na verdade, ele tira 30 dias e os outros dez, um terço, são pagos. Proponho que deputados e senadores tenham exatamente isso.

## CORRUPÇÃO

**Alexandre Guimarães da Silva, de São Paulo (SP)**

Senador, gostaria de saber qual é o procedimento quando a Polícia Federal prende uma pessoa corrupta, que fez grandes desvios de dinheiro da União.

**O senador Romeu Tuma (PFL-SP) responde:**

Com respeito à prisão de corruptos que tenham feito desvios de dinheiro, há duas formas que normalmente levam à prisão. Primeiro, o flagrante, como foi o caso de um ex-vereador de São Paulo. A pessoa é conduzida à polícia, autuada e presa em razão do flagrante. A seguir, a Justiça vai decidir se o acusado continua preso e se o processo será rápido para que venha a condenação, ou se ele vai

## MICROEMPRESAS

**Divino da Silva, de Belo Horizonte (MG)**

Quero sugerir aos senadores a criação de um órgão de auxílio às empresas de fundo de quintal para registrar as empresas domésticas e prestar serviço de consultoria.

**O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:**

Facilitar a organização desse tipo de empreendimento cabe aos governos estaduais, por meio da simplificação



CELIO AZEVEDO

Nós, parlamentares, entraríamos em férias, por exemplo, no dia 15 de dezembro e retornaríamos em 1º de fevereiro. Com isso terminaria o recesso de julho. Não vejo nenhum motivo para a existência dessas férias. Costumo dizer que elas são boas para as crianças, no colégio, mas não para senadores e deputados.

Espero que o projeto seja aprovado rapidamente, o que evitaria o constrangimento de, todo ano, termos um debate sem fim sobre a possível convocação do Congresso durante o recesso, as férias de julho.



ROOSEVELT PINHEIRO

responder o processo em liberdade. A ação da polícia é essa.

Já no segundo caso são as investigações que levam ao suspeito. Quando não há prova material imediata, mas indícios, a polícia investiga por meio de medidas como a escuta telefônica. Conseguindo as provas, pode se pedir ao juiz um mandado de prisão provisória. O processo, então, tem andamento na Justiça. Tem ainda a denúncia do Ministério Público, com base em investigações, e depois o julgamento, feito pelo juiz, que é a autoridade competente para analisar o processo.



ROOSEVELT PINHEIRO

do registro na junta comercial, da questão do débito, do capital de giro através dos bancos sociais. Esse apoio é um caminho para a geração de empregos, porque o desemprego cresce assustadoramente. É preciso que os governos estaduais adotem propostas inteligentes que contribuam com os trabalhadores e os empresários.

## Frases

**“Os americanos já dominam 85% da veiculação de cinema no mundo e se dão ao desprate de vir dar palpite (...) a respeito de um projeto que está em debate no país.”**

**Ideli Salvatti, líder do PT, ao rebater críticas de Steve Solot (vice-presidente da MPA, que representa os interesses dos grandes estúdios de Hollywood) ao projeto que cria a Ancinav.**

**“Vim pedir desculpas pelo grave erro político que cometi, ao acreditar que o governo ao qual pertenço cumpriria o acordo de realizar um choque social para**

**beneficiar os pobres do Brasil, se eu votasse a favor do salário mínimo de R\$ 260.”**

**Cristovam Buarque (PT-DF) cobrando do governo o cumprimento do acordo que incluía na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) medidas que visavam complementar o mínimo de R\$ 260.**

**“O Supremo é o grande bastião da resistência em relação ao stalinismo deste governo.”**

**Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre decisão do Supremo Tribunal Federal que negou interpelação judicial do PT contra o senador.**



**REFORMA DO JUDICIÁRIO** Relator garante que há no Senado todas as condições para concluir votação

# Os pobres vão ganhar, afirma José Jorge

Relator da reforma do Judiciário no Senado, José Jorge (PFL-PE) aponta os benefícios que ela trará para as camadas mais pobres da população. Uma das mudanças é a garantia de autonomia para a Defensoria Pública, que passará a ter mais verbas orçamentárias.

- A Defensoria vai poder pagar melhor os seus advogados. Hoje, há uma diferença muito grande entre os vencimentos pagos

**Que mudanças a reforma do Judiciário provocará na vida do cidadão comum?**

Essa reforma do Judiciário é uma emenda constitucional que está tramitando aqui no Congresso há muitos anos, e sabemos que tudo aquilo que demora aqui é exatamente porque trata de temas relevantes, que envolvem muita discussão. As principais mudanças, para a maioria da população, são o maior acesso dos mais carentes à Justiça, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, o ganho de agilidade nos processos. O Judiciário funciona hoje no Brasil de forma bastante lenta, há muita possibilidade de se adiarem as decisões, e termina que as pessoas mais pobres, e até as que têm melhores condições, ficam às vezes sem ter um desfecho para suas demandas judiciais, mesmo gastando dinheiro com advogado.

**Que medidas incluídas na proposta de emenda constitucional em discussão no Senado facilitam o acesso à Justiça para os setores mais carentes da população?**

Uma delas é a autonomia da Defensoria Pública. Atualmente, funciona como um departamento burocrático dos governos estaduais. Com a autonomia, a Defensoria vai poder pagar melhor os seus advogados, porque poderá ter um orçamento maior. Hoje, há uma diferença muito grande entre os vencimentos pagos aos defensores públicos e, por exemplo, aos promotores, juízes etc. Pouco a pouco, eles vão chegar ao nível dos outros. É uma medida importante porque permitirá que as pessoas que não têm condições de pagar advogado possam ter um defensor público de melhor nível. Ou seja, que enfrentem nos processos, de igual para igual, os membros do Ministério Público e os advogados das outras partes. Vamos ter ainda a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF).



**José Jorge: processos terão maior agilidade com a reforma**

Ela permitirá que solicitações repetidas de milhares e milhares de pessoas, normalmente contra os governos estaduais, municipais e federal, possam ser resolvidas mais rapidamente. Em terceiro lugar, com a súmula vinculante, haverá também a súmula impeditiva de recurso, para o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho, que possibilitará diminuir muito a quantidade de recursos protelatórios. Essa é a primeira etapa de um processo que será melhorado quando forem votadas as leis que vão regulamentar a emenda constitucional, que são os Códigos de Processo Civil e Penal. Enquanto isso, podemos dar os primeiros passos para ter uma Justiça melhor e mais ágil.

**Mas, em relação à súmula impeditiva, a questão ainda depende de aprovação da Câmara, não?**

A súmula impeditiva depende de aprovação na Câmara, já que é um elemento novo que o Senado incluiu. A Câmara só aprovou a súmula vinculante para o STF, que vai ser aprovada aqui também.

**A OAB tem criticado a súmula vinculante e a súmula impeditiva por darem poder demais aos 11 ministros do STF, em detrimento dos 12 mil juízes que atuam no país e do próprio Legislativo, já que, conforme a entidade, a Justiça não estaria preparada para aplicar esses novos instrumentos. O que o senhor pensa a esse respeito?**

aos defensores públicos e, por exemplo, aos promotores e juízes. O senador ressalta outros instrumentos, como a súmula vinculante, que possibilitará resolver mais rápido casos sobre os quais o Supremo tenha entendimento consolidado. Para o senador, a reforma é "o primeiro passo de um processo" cujo resultado será "uma Justiça melhor e mais ágil".

Qualquer grande mudança que vai se fazer, principalmente nessa reforma do Judiciário, sempre vai ter algum grupo contrário. Todos os pontos dessa reforma são polêmicos, sempre tem gente a favor e gente contra. Mas vamos tomar todos os cuidados na redação da emenda constitucional, em relação à súmula vinculante, no sentido de que não possa ser usada de forma arbitrária. Ela só poderá ser usada pelo Supremo Tribunal Federal, que é o tribunal mais importante do Brasil, em casos repetitivos onde já tenham sido decididos pelo mesmo

**Súmula vinculante é o único caminho para a redução substancial de processos**

..... lado, pelo próprio Supremo, diversas vezes. E terá de ser aprovada por maioria de dois terços e inclusive poderá ser modificada no futuro, se houver o entendimento de que não está funcionando a contento. Pode ter algumas deficiências, mas, sem sombra de dúvidas, é o único caminho para você realmente fazer uma redução substancial de processos, permitindo que as decisões sejam bem mais rápidas.

**Qual o calendário da reforma do Judiciário? Quando o cidadão vai sentir os seus efeitos?**

É muito difícil dizer. Aqui no Senado, ela está pronta para ser votada. O problema é que a pauta vive fechada por conta do excesso de medidas provisórias que o governo edita. Então, assim que a pauta ficar aberta, o que não ocorreu ainda, ela terá votação concluída em primeiro turno e, posteriormente, será votada no segundo turno. Já há acordo, e existe toda condição para votar a reforma.

**O senhor espera problemas na votação dos destaques?**

Não. Alguns destaques são correções para as quais vou dar parecer favorável. Nos demais, vamos abrir a discussão.



## O que pode ser promulgado

Alguns dispositivos da reforma do Judiciário poderão virar lei em breve, caso sejam confirmados na votação do Plenário do Senado. Veja abaixo os principais pontos

Súmula vinculante	Instrumento que obriga todas as instâncias do Judiciário a seguir uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), aprovada por oito dos seus membros. A medida é voltada, principalmente, para os juízes de primeira instância (federal ou estadual), que terão que acompanhar as posições adotadas pelo Supremo. Na prática, a súmula vinculante reduz o número de recursos na Justiça brasileira, uma vez que 80% das causas julgadas no STF se referem a apelações de instâncias inferiores.
Conselho Nacional de Justiça	Órgão que executará o controle externo do Judiciário. Será composto por 15 integrantes, sendo onze oriundos do Poder Judiciário e do Ministério Público, dois indicados pelo Congresso Nacional e dois advogados. Entre as atribuições do conselho está a de receber reclamações e denúncias contra membros do Judiciário (juízes ou servidores), podendo aplicar sanções disciplinares, como remoção ou aposentadoria.
Conselho Nacional do Ministério Público	Similar ao Conselho Nacional de Justiça, só que voltada para as ações de procuradores da República. Será composto por 14 membros.
Justiça do Trabalho	O Tribunal Superior do Trabalho (TST) vai ganhar dez novos ministros, subindo para 27 o número de magistrados. Também cresce o número de ações que poderão ser julgadas na Justiça do Trabalho, como habeas corpus e penalidades administrativas. A reforma prevê ainda que juízes de direito poderão atuar como juízes do trabalho em locais não cobertos por vara trabalhista.
Número de juízes	A quantidade de juízes deverá levar em conta a demanda judicial local. Com isso, o número de magistrados deve aumentar, principalmente nos lugares onde as disputas judiciais são maiores.
Quarentena	Juízes e desembargadores não poderão exercer a advocacia após a aposentadoria ou exoneração, nos locais onde trabalharam, antes de decorridos três anos. Hoje é comum um juiz se aposentar e atuar como advogado no mesmo fórum em que exercia o juízo.
Carreira de magistrados	A promoção dos juízes levará em conta o critério de produtividade (número de processos julgados no ano) na comarca onde estiverem trabalhando. Além disso, o ingresso na carreira exigirá experiência mínima de três anos em atividade jurídica.
Férias coletivas	Acaba o recesso de meio e fim de ano dos tribunais de Justiça brasileiros.
Defensorias públicas	Terão autonomia funcional e administrativa nos estados, podendo inclusive apresentar proposta orçamentária própria, como ocorre com o Poder Judiciário. Cabe aos defensores públicos defender, perante os tribunais, pessoas reconhecidamente pobres, sem condições de arcar com os custos de um processo judicial.
Tribunais de Alçada	Serão extintos e seus membros passarão a integrar os tribunais de Justiça estaduais. Atualmente, São Paulo, Minas Gerais e Paraná mantêm tribunais de alçada, responsáveis pelo julgamento de causas de menor importância.
Federalização de crimes contra direitos humanos	Os crimes contra direitos humanos, como tortura e homicídio praticado por grupo de extermínio, poderão ser julgados pela Justiça Federal, desde que o procurador-geral da República manifeste interesse perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atualmente, a maior parte desses crimes é julgada em tribunais de júri, na esfera estadual.
Tratados sobre direitos humanos	As convenções internacionais sobre direitos humanos aprovadas em cada Casa do Congresso Nacional, por 3/5 dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.



REFORMA DO JUDICIÁRIO

# Diagnóstico mostra que falta de planejamento aflige o Poder

A falta de planejamento é um dos grandes problemas do Judiciário brasileiro. Essa é uma das principais constatações do documento "Diagnóstico do Poder Judiciário", elaborado pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo a pedido da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

O estudo aponta que a organização do Judiciário no Brasil é complexa, fragmentada, pouco uniforme e desconhecida. O elevado nível de autonomia dos tribunais, as grandes desigualdades regionais, continua o texto, contribuem para essa realidade.

A definição de planejamento e de diretrizes para o Judiciário deve ser um dos principais objetivos do Conselho Nacional de Justiça. Muito do que se pretende com a reforma do Judiciário, como maior celeridade, pode ser atingido por planejamento adequado – analisou o secretário de Reforma do Judiciário do ministério, Sérgio Renault.

Para que haja ampliação do acesso da população à Justiça, com a melhoria dos serviços, o documento sugere três ações principais: as alterações cons-

titucionais (em fase final de votação no Plenário do Senado), alterações da legislação infraconstitucional (especialmente no que diz respeito aos processos e possibilidades recursais) e a modernização da gestão (por meio



de desburocratização, da informatização e da padronização de procedimentos reconhecidamente eficientes).

Na reforma infraconstitucional, Renault identifica que a legislação deve ser alterada para buscar meios alternativos de solução de conflitos como mediação e conciliação, alterar o processo de execução judicial, simplificar o sistema de recursos e fortalecer os juizados especiais. A Secretaria já tem propostas para cada um dos pontos, algumas

delas em tramitação no Senado. (Em breve, a edição semanal do **Jornal do Senado** vai abordar essas e outras propostas.)

A ineficiência traz enormes prejuízos ao país: torna a prestação jurisdicional inacessível para grande parte da população, dificulta o exercício profissional de advogados e promotores, penaliza os magistrados e ainda inflaciona o custo Brasil. O mau funcionamento do Judiciário interessa aos que se valem de sua ineficiência para não pagar, para não cumprir obrigação, para protelar, para ganhar tempo, mas não interessa ao país.

O secretário de reforma do Judiciário do Ministério da Justiça reconhece que a conduta do Estado também atrapalha o Judiciário, tendo em vista que o Executivo é parte em 80% dos processos e recursos. Para mudar essa realidade na área federal, Renault afirmou que já existem elementos para evitar recursos desnecessários, como a edição de súmulas administrativas pela Advocacia Geral da União. Segundo ele, essa e outras medidas serão tomadas em breve para diminuir a litigiosidade do governo.

Análise

## Mudança não pode perder o ritmo

GABRIEL DEZEN

O que se pensar do Poder Judiciário quando um ministro do Supremo Tribunal Federal (Carlos Velloso) define a Justiça brasileira como uma "velha trôpega"? Ou quando uma hoje ministra do Superior Tribunal de Justiça (Eliana Calmon) escreve que esse Poder perdeu-se, na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, em jogos corporativos e desperdiçou uma chance histórica de aperfeiçoamento?

É consenso entre todos os chamados operadores do Direito (Magistratura, Ministério Público, advocacia militante, Advocacia de Estado e Defensoria Pública) que o Judiciário brasileiro está inteiramente defasado, e que o seu funcionamento encena uma

do Supremo e das súmulas impeditivas de recurso para o Superior Tribunal de Justiça e para o Tribunal Superior do Trabalho. A intensidade das batalhas em torno desses dois temas bem revela a monumentalidade das dificuldades enfrentadas pelo Senado no desenho da Proposta de Emenda à Constituição 29, que veicula a reforma.

Não têm razão os que alardeiam a inocuidade do enfrentamento do tema por emenda à Constituição, sob o argumento de que o problema é processual, e, portanto, de legislação infra-

O que pensar quando um ministro define a Justiça como uma "velha trôpega"?

constitucional. A fortíssima reação de setores da advocacia militante não se teria verificado se confirmada tal inocuidade, além do que o Direito Processual e a própria estrutura do

Judiciário – caminhos obrigatórios à solução dos problemas desse Poder – deitam raízes profundas na Constituição federal vigente. Também não têm razão os críticos do açoitamento do Congresso em colocar a matéria em pauta nesses dias, reclamando maiores reflexões. Doze anos de trabalho é prazo bastante para todas as reflexões e ponderações necessárias. Todos os que tinham algo a dizer foram ouvidos e considerados e certamente o tema está maduro.

funcionamento encena uma ópera bufa que ironiza a prestação da jurisdição. Ou haveria algum outro qualificativo para descrever uma situação na qual o "assassinato" de uma cadela de estimação chega ao Supremo Tribunal Federal, ou quando a decisão judicial sobre um aborto clínico é tomada **depois** da morte do feto comprometido, ainda no corpo da mãe (ambos os fatos ocorridos há poucas semanas, neste ano corrente!)?

Não é este o local apropriado para desfiar a longa série de fatores reconhecidos que comprometem a reação do Judiciário pátrio às demandas que lhe são apresentadas, e que vão desde as deficiências notórias do processo legislativo (e esse é um problema do Congresso Nacional e de mais ninguém) até a envelhecida, imperfeita e ineficiente legislação processual, passando pelas "fábricas de bacharéis" em Direito, principalmente nas faculdades privadas, e pela existência de poderosos interesses financeiros a impulsionar a luta pela manutenção da situação atual.

Nesse quadro desalentador, a reforma representa inegavelmente avanços, sendo de longe os mais importantes a adoção da súmula vinculante para decisões

É necessário, nesse momento, que a reforma não perca o ritmo, que seja decidida e promulgada imediatamente no que convergentes Câmara dos Deputados e Senado, e que – não menos importante – as inovações fundamentais decididas pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado (como as súmulas impeditivas de recursos), confirmadas pelo Plenário, recebam, na Câmara, a atenção e a celeridade processual que reclamam. O Judiciário já sente movimentar-se a espada de Dâmocles sobre si, e incumbe ao Congresso devolver-lhe eficiência e respeitabilidade.

GABRIEL DEZEN é consultor legislativo do Senado e professor de Direito Constitucional

### Dados do relatório

O país tem 7,7 juizes por 10 mil habitantes. Média internacional: 7,3 por 10 mil.

Levando-se em conta a paridade do poder de compra, juizes federais de primeira instância estão em 2º lugar, os de segunda instância, em 3º e os de tribunais superiores, em 7º, comparando-se com salários de magistrados em 30 países.

O Judiciário corresponde a 2,1% dos gastos da União e a 6,3% dos estados, ou seja, 3,4% do total dos gastos públicos globais (2002). Média internacional: 0,97%.

O Judiciário brasileiro tem a maior participação nos gastos públicos se comparado à instituição em 35 países. O custo do Judiciário no Brasil é de R\$ 10,76 milhões por 100 mil habitantes e só é menos oneroso que o italiano.

Custo por processo julgado: R\$ 1.848. No Pará, pode ficar acima R\$ 5 mil.

### Comparação entre o Judiciário e alguns animais



Fonte: Pesquisa do Ibope encomendada pela Associação dos Magistrados Brasileiros

## Judiciário é forte, mas distante e fechado, aponta pesquisa do Ibope

A imagem do Judiciário é de uma entidade ao mesmo tempo poderosa, distante, fechada em si mesma, estática e antiquada. Essa foi uma das principais constatações de pesquisa realizada pelo Ibope a pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que aponta também que a imagem da instituição é predominantemente negativa.

O estudo foi realizado com grupos de discussão em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife em março e divulgado em julho passado. Foi identificado ainda que o Judiciário estaria mais acessível e próximo dos mais ricos e poderosos, o que levaria ao favorecimento desses grupos. Também foi revelado que o sentimento de corrupção no Judiciário é generalizado e que a lentidão é consequência do excesso de burocracia.

Nos grupos pesquisados, as pessoas que já tiveram experiências com a Justiça no Brasil demonstraram maior propensão para desconfiar da prestação de serviços pelo Judiciário. Diante dessas constatações, seria natural que a população

apoiasse mudanças na instituição.

### Reforma tem apoio popular

Esse sentimento favorável à reforma do Judiciário em tramitação no Senado, apesar do baixo nível de informação sobre as propostas em discussão, foi detectado pela pesquisa. Nesse contexto, o controle

externo da instituição foi destacado como uma iniciativa importante, já que a Justiça no Brasil é vista como uma "caixa-preta", em que juizes e demais agentes do Judiciário não se fazem conhecer e não dão satisfações à sociedade, enclausurados nos tribunais.

Assim como no "Diagnóstico do Poder Judiciário" patrocinado pelo Ministério da Justiça, a pesquisa registrou o anseio de democratização, aumento da transparência e combate ao corporativismo, que podem ser alcançados com ajuda do controle externo. A expectativa é de que haja uma relação "aberta e transparente" com a instituição.

População considera importante o controle externo da Justiça

.....



## REFORMA DO JUDICIÁRIO

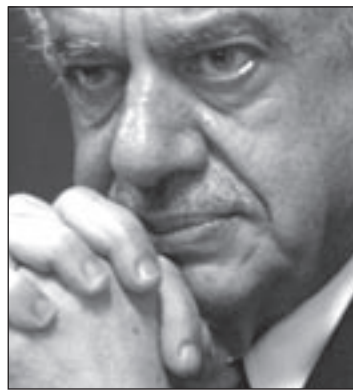
## Projetos de Simon dão mais agilidade à Justiça

Nove projetos de lei foram apresentados pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) para agilizar o andamento dos processos na Justiça. As propostas, que estão tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), modificam vários artigos do Código de Processo Civil (CPC) e atendem às sugestões apresentadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que deflagrou a Campanha pela Efetividade

da Justiça. Ao acolher as sugestões, nascidas em uma série de seminários com juristas de todo o país, Pedro Simon ofereceu-as na íntegra.

Dos nove projetos, seis deles receberão relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO): os PLS 132, 136, 137, 138, 139 e 140.

As outras três propostas – PLS 133, 134 e 135 – estão sendo analisadas, respectivamente, pelos senadores Leomar Quin-



CÉLIO AZEVEDO

**Simon: propostas atendem sugestões da Associação dos Magistrados Brasileiros**

tanilha (PMDB-TO), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Tião Viana (PT-AC).

## "Objetivo é proteger o cidadão"

"Proteger os cidadãos em seus direitos" é o objetivo central das alterações que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defende no Código de Processo Civil. As propostas constam de nove projetos de lei, subscritos pelo senador, acatando sugestões da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Questionado sobre a possibilidade de algumas das medidas sugeridas, como a instituição de prisão para quem descumprir sistematicamente ordens judiciais, dar margem a decisões arbitrárias por parte de juízes, o senador Simon respondeu:

- Eventuais excessos podem ocorrer em determinadas circunstâncias, mas existem mecanismos capazes de inibir ações dessa natureza. Além do mais, devemos confiar no discernimento da magistratura brasileira.

**Que benefícios as mudanças propostas poderão trazer ao cidadão comum, caso sejam aprovadas?**

Ninguém desconhece que o acúmulo de trabalho contribuiu para a lentidão da administração da Justiça. E Justiça lenta, como se sabe, não é Justiça. Não se constrói cidadania dessa forma. Assim, foi com o duplo objetivo de dar mais agilidade aos processos e maiores garantias às partes envolvidas que decidi analisar as propostas da AMB e encaminhá-las para exame no Congresso Nacional.

**Quais as chances de aprovação desses projetos no Senado e na Câmara dos Deputados? O senhor manteve entendimento com líderes partidários e com representantes do Executivo em relação ao assunto?**

A reforma do Judiciário é um tema que se arrasta no Congresso há vários anos. Muito já se debateu sobre o assunto e muita coisa já foi votada nas comissões. Creio que o processo está avançando, não com a pressa que alguns gostariam, mas o debate se intensificou, e a reforma está na ordem do dia.

**Um dos projetos que o senhor apresentou (PLS 132/04) institui prisão para quem descumprir continuamente ordens judiciais no âmbito do processo. Não há o risco de a regra dar margem a comportamentos arbitrários por parte de juízes?**

Ordens judiciais devem ser acatadas. Podem ser discutidas no âmbito adequado, mas, fundamentalmente, precisam ser cumpridas. Essa obrigação é um

dos pilares da administração da Justiça em qualquer sociedade democrática. Eventuais excessos podem ocorrer em determinadas circunstâncias, mas existem mecanismos capazes de inibir ações dessa natureza. Além do mais, devemos confiar no discernimento da magistratura brasileira.

**Os projetos também estabelecem várias restrições para a apresentação de recursos judiciais. Elas não poderão dificultar a eventual correção de decisões judiciais inadequadas ou, pelo menos, discutíveis?**

O sentido das propostas que apresentamos é assegurar a administração da Justiça, de forma a proteger o cidadão em seus direitos. É evidente que a atual legislação é por demais permissiva no que se refere à possibilidade de impetração de recursos com o fim único de protelar a aplicação das decisões judiciais. Uma vez que a natureza meramente protelatória fique demonstrada, devem ser criados e acionados mecanismos inibidores.

**Levando em conta que os projetos apresentados pelo senhor atendem às sugestões da Associação de Magistrados Brasileiros, o senhor acha razoável que eles passem por alguns aperfeiçoamentos para acolher demandas de outros setores ligados ao Judiciário, como os advogados?**

O debate é próprio da democracia, e as matérias legislativas se nutrem dessa discussão pública em torno dos variados assuntos em pauta no Congresso. Projetos da importância conferida à reforma do Judiciário devem, sim, ser debatidos e aperfeiçoados.

## As propostas

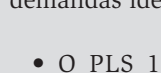
- A primeira proposta (PLS 132/04) institui prisão para quem descumprir continuamente ordens judiciais no âmbito do processo. Não só as partes, mas qualquer pessoa que participe do processo e cause embaraços ao cumprimento de determinação do juiz poderá ser presa. Isso não eliminaria a multa de 20% do valor da causa, já instituída para dar eficácia às ordens judiciais.



- O PLS 133/04 estabelece a cobrança de juros progressivos de quem apresentar recursos visando postergar decisão judicial. Assim, toda a vez que, no processo civil, não for acolhido recurso contra sentença de primeiro grau, serão cobrados juros em dobro a partir da data de interposição desse recurso. Se a matéria já foi examinada em recurso anterior, os juros serão cobrados em triplo. Para Simon, uma das causas da morosidade da Justiça é o excesso de recursos.



- O PLS 134/04 dá ao juiz de primeiro grau mais poderes para controlar a qualidade das petições iniciais. Assim, ele poderá não só ordenar sua emenda ou correção, mas indeferir a petição inicial ao verificar a improcedência do pedido, seja a partir de casos idênticos já decididos ou em face da jurisprudência pacífica. Simon lembra que há inúmeras ações repetitivas, em que advogados apenas substituem o nome da parte, em centenas de demandas idênticas.



- O PLS 135/04 obriga o advogado a comparecer à audiência preliminar sob pena de perda da prova requerida. Simon argumenta que advogados têm encarado a audiência preliminar como mera tentativa de conciliação, deixando de comparecer ao ato e, assim, não apresentando provas e impedindo solução mais rápida do litígio.



- O PLS 136/04 faz com que o efeito suspensivo, em caso de apelação, deixe de ser automático, ficando a decisão a cargo do magistrado. Atualmente, a apelação suspende o cumprimento da sentença. O projeto mantém as regras para o efeito devolutivo, que se dá quando o processo, apreciado em primeira instância por apenas um juiz, é remetido para análise de uma turma de desembargadores. Simon ressalta que, atualmente, é mais fácil, para a parte vitoriosa, obter a efetividade de uma decisão interlocutória – que se dá no decorrer do processo, sem poder de encerrá-lo ou suspendê-lo – do que a de uma sentença.



- O PLS 137/04 estabelece novas regras para interposição de agravo, tipo de recurso próprio para as decisões interlocutórias (que não en-

cerram o processo). A proposta determina que, no caso de decisões interlocutórias, caberá o agravo retido, a não ser que fique caracterizada urgência ou haja perigo de lesão grave e de difícil reparação. Assim, o agravo de instrumento – modalidade de recurso que pode ter efeito suspensivo, paralisando a execução da decisão do juiz – será utilizado apenas em situações excepcionais. O agravo retido tem esse nome porque esse recurso fica aguardando, nos autos, para ser conhecido pelo tribunal por ocasião da apelação. Simon aponta o alto número de agravos de instrumento remetidos à segunda instância, que fica sobrecarregada. Além disso, esse recurso, a seu ver, enfraquece a figura do juiz e, com seu efeito suspensivo, atrasa o processo.



- O PLS 138/04 determina a aplicação geral das normas dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95), quanto a recursos, nos processos que poderiam tramitar naqueles juizados mas que estão na Justiça comum. Conforme o senador, por causa das limitações quanto à produção de provas, muitos litigantes deixam de recorrer aos Juizados Especiais. O projeto dá um tratamento igualitário àqueles processos que estariam no Juizado Especial, mas não estão porque a parte deseja maior produção de provas. A proposta limita os tipos de recursos que podem ser apresentados, nesses casos, à apelação; aos embargos de declaração (quando se pede esclarecimentos quanto à decisão do juiz); e aos embargos de divergência (quando há divergência de entendimento de turmas ou seções do STF) em recurso extraordinário (recurso ao STF, quando decisão em única ou última instância contrariar a Constituição, declarar inconstitucionalidade de tratado ou lei federal ou julgar válido ato do governo local em desacordo com a Constituição).



- Para incentivar a uniformização da jurisprudência dos tribunais regionais e estaduais, evitando multiplicação de processos sobre questões idênticas, o PLS 139/04 possibilita a edição de enunciados pelo tribunal quando a decisão sobre "relevante questão de direito" for tomada por maioria absoluta. Os enunciados serão publicados no Diário Oficial do tribunal e integrarão a súmula da jurisprudência do órgão.



- O PLS 140/20 permite que o juiz de primeiro grau, ao analisar os pressupostos para apresentação de recursos, não receba a apelação quando a sua sentença estiver de acordo com a súmula do respectivo tribunal ou dos tribunais superiores. Caberia, no entanto, imediato recurso à decisão. Com a apresentação de agravo de instrumento, a parte poderia apelar à segunda instância, que julgaria somente a possibilidade de a apelação contra a sentença ser apresentada e julgada.





**PLENÁRIO** Muitas negociações ainda precisam ser feitas para o governo aprovar suas propostas no esforço concentrado



Até o dia 13 de setembro, Plenário do Senado terá sessões não-deliberativas

## Informática, Judiciário e MP dominam a pauta

A terceira semana de esforço concentrado de votações do Senado, de 13 a 17 de setembro, começará com a pauta de votações obstruída por uma medida provisória (MP) e pelo projeto que regulamenta a Lei de Informática. A MP (191/04) não é polêmica e prevê que cientistas, além de entidades de pesquisa, poderão importar equipamentos de trabalho com isenção de impostos.

Já o projeto sobre informática, segundo item que obstruirá a pauta de setembro, foi usado por senadores de oposição para ajudar a bloquear as votações do esforço concentrado que terminou na sexta-feira.

Medidas provisórias foram os assuntos que mais chamaram a atenção no esforço concentrado da semana passada. Por dias seguidos, senadores e deputados de oposição tentaram instalar,

sem sucesso, a comissão mista encarregada de examinar o conteúdo da MP 207/04, assinada pelo presidente da República para dar *status* de ministro ao presidente do Banco Central, o que lhe assegura foro especial em caso de processo.

### Falta de acordo impediu votações

Por falta de acordo sobre mudanças na Lei de Informática e com o protesto oposicionista contra a MP que trata da "blindagem" do presidente do Banco Central, só na quinta-feira houve votação na segunda semana de esforço concentrado.

Foram aprovadas as medidas provisórias 189/04 e 190/04 – esta modificada por um projeto de lei de conversão. A primeira abriu um crédito de R\$ 32 milhões para o governo usar em áreas do Sul do país afetadas por enchentes. A segunda (PLV

42/04) institui auxílio emergencial financeiro, com normas sobre quem tem direito ao benefício em casos de calamidade pública. O auxílio só pode ser concedido, a partir de agora, a famílias que ganhem até dois salários mínimos. O benefício é de R\$ 300 por família, divididos em parcelas, desde que a menor fique acima de R\$ 60.

A idéia da base do governo para o terceiro esforço concentrado é votar não apenas a MP que isenta os cientistas em importações de equipamentos de trabalho, mas também as mudanças na Lei de Informática e os destaques ao projeto da reforma do Judiciário.

Para que deputados e senadores participem da campanha eleitoral, Câmara e Senado Federal terão normalmente sessões não-deliberativas fora das semanas de esforço concentrado de votações.

## Vem aí novo texto para a Lei da Biossegurança

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) foi designado por três comissões do Senado – Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE) – para elaborar relatório único sobre o projeto da Lei da Biossegurança, já aprovado pela Câmara. Na sexta-feira, Suassuna anunciou que ainda esta semana irá se reunir com representantes do governo na tentativa de chegar a um consenso em torno de pontos polêmicos, como utilização de células-tronco para pesquisas e

os limites do poder de decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) na aprovação de transgênicos no país. O substitutivo será apresentado em setembro, no esforço concentrado do Congresso Nacional.

Um outro relatório, do senador Osmar Dias (PDT-PR), sobre o mesmo projeto, foi aprovado no mês passado pela Comissão de Educação. O substitutivo de Osmar Dias encontra resistências do Ministério do Meio Ambiente, que critica o excesso de poder concentrado na CTNBio. Além



Relator em três comissões, Suassuna já ouve cientistas e representantes do governo

disso, a permissão para pesquisas com células-tronco recebeu críticas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Suassuna adiantou que o seu parecer "não será muito diferente do que foi aprovado na CE".

## Governo ainda busca acordo para votar PPPs

Continua sem acordo a votação do projeto que estabelece as parcerias público-privadas (PLC 10/04). Na semana passada, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), tentou, sem sucesso, fechar uma proposta de consenso em torno do assunto.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), sugeriu à oposição que apresente suas propostas de mudanças. Ela acredita que, acertadas as questões de mérito, será possível um entendimento para votar o projeto antes das eleições municipais de outubro próximo.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da matéria na CAE, pretende dar parecer oral sobre as emendas encaminhadas à comissão somente depois de fechado esse acordo.

Algumas das críticas mais contundentes em relação ao projeto foram apontadas pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ele quer limitar a participação dos fundos de pensão das estatais

nessas parcerias, assim como os valores financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Um outro ponto é o enquadramento como dívida das garantias oferecidas pelos entes públicos que participam das PPPs. Jereissati também defende a contabilização como dívida pública da parcela das tarifas que poderá ser bancada pelo governo quando as taxas de retorno do empreendimento estiverem abaixo do previsto.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse em Plenário que um bom passo em direção ao acordo seria incluir na proposta uma determinação técnica rígida para adequar a proposta às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) advertiu que, em outros países, as PPPs geraram inúmeros problemas, como enriquecimento ilícito, serviços de má qualidade e tarifas elevadas.



Tasso Jereissati pretende limitar os valores financiados pelo BNDES nas parcerias



Ideli Salvatti pede sugestões à oposição e acredita em acordo antes de outubro

## Críticas ao projeto geraram até processo no Supremo

O Supremo Tribunal Federal decidiu na quinta-feira (26) arquivar processo que o Partido dos Trabalhadores apresentou contra o senador Tasso Jereissati. O PT queria esclarecer críticas feitas pelo senador ao projeto das parcerias público-privadas, além de supostas ofensas à honra do tesoureiro do partido, Delúbio Soares.

A decisão do STF foi aplaudida em Plenário pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele enfatizou que a deliberação fortalece o mandato parlamentar. Também o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), avaliou como positiva a decisão, de autoria do ministro

Eros Grau.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que medida judicial é para ser cumprida e elogiou o desempenho de Eros Grau, que, com a sentença, reafirmou a independência dos Poderes. Mercadante, entretanto, advertiu que é necessário os parlamentares respeitarem os direitos das pessoas que não gozam da mesma imunidade parlamentar para emitir juízos.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) também disse considerar incorreto "a oposição querer transformar Delúbio Soares em um homem desonesto", mas enfatizou que não concordava com a interpelação.



Hélio Costa preside subcomissão que busca acordo para a Lei de Informática

## Subcomissão busca solução para impasse no incentivo fiscal

Os incentivos fiscais para a produção de monitores de vídeo e de computadores estão no centro da polêmica que mantém a pauta do Plenário travada. Para chegar a um acordo, foi criada uma subcomissão, presidida pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG) e composta também por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

A subcomissão terá outro problema para resolver: a dívida das empresas que não investiram em tecnologia, apesar de terem recebido benefícios tributários para fazê-lo. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), adiantou que senadores de todos os partidos concordaram em estabelecer um prazo para que essas empresas cumpram a sua parte.

– Investimento em pesquisa e desenvolvimento é a contrapartida dos incentivos fiscais. Gera emprego qualificado, gera tecnologia. O Brasil é uma plataforma importante da produção desses equipamentos. É um mercado em expansão. Essas empresas estão tendo uma rentabilidade muito boa, especialmente neste ano, e por tudo isso vamos dar um prazo para que invistam,

não prejudicando, evidentemente, os seus orçamentos, mas cumprindo o compromisso feito anteriormente – afirmou o líder governista.

Segundo o senador Hélio Costa, as empresas deixaram de investir R\$ 35 milhões. Mas análise mais apurada do débito total, acrescentou, pode representar cerca de R\$ 100 milhões a menos para os cofres públicos.



## PLENÁRIO

## Decisão sobre inativos preocupa Jefferson Péres



O senador Jefferson Péres (PDT-AM) classificou como "preocupante" a decisão do Supremo Tribunal Federal de "aniquilar a garantia constitucional do direito adquirido" para evitar o que

qualificou de "arrombamento das contas públicas". O senador considerou espantosa a declaração de um dos ministros do STF, que disse não haver direito adquirido em matéria tributária. "E desde quando contribuição previdenciária é tributo?", questionou. "Além do mais, o direito adquirido não é o da contribuição previdenciária, mas do benefício", acrescentou.

## Ideli elogia proposta de criação do Fundeb

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), aplaudiu o anúncio do ministro da Educação, Tarso Genro, de proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a partir de 2005. Segundo Ideli, a troca de "Magistério" por "Profissionais da Educação" permitirá contratar, além de professores, merendeiras, serventes e outros profissionais administrativos e de serviços, que também são parte do processo educacional.

## Mesquita defende revisão da lei do desarmamento



As famílias de extrativistas e de agricultores tradicionais da Amazônia estão alarmadas com a legislação que estabelece regras para o porte de armas

no país, segundo o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC). Apesar de o Estatuto do Desarmamento permitir o porte e o uso de arma em áreas rurais para a caça voltada à subsistência familiar, o preço cobrado pela respectiva autorização impede que essas famílias cumpram as exigências legais. "São R\$ 300 para o registro e R\$ 1.000 para o porte. Algumas dessas pessoas não recebem essa quantia em um ano de trabalho", observou.

## ACM alerta para falência iminente dos estados

A concentração do bolo tributário nacional na União pode levar os estados à falência em pouco tempo, advertiu o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Os estados que agem corretamente, que cumprem suas obrigações e que seguem seriamente a Lei de Responsabilidade Fiscal perdem substância a cada dia, e logo estarão inviabilizados", disse. O senador reconheceu que o problema é antigo, mas afirmou que piorou bastante no atual governo. - Estamos criando um problema grave para o futuro. Cerca de 72% da renda nacional estão concentrados na União e o Senado não pode se omitir em relação a isso, porque é a Casa que representa os estados - advertiu ele.

## Uma agência e um conselho no centro das discussões

A polêmica proposta de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) será discutida no Senado em audiências públicas que vão reunir o ministro da Cultura, Gilberto Gil, o cineasta Cacá Diegues e a atriz Fernanda Montenegro, entre outros representantes do setor.

A Comissão de Educação aprovou na semana passada requerimento dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Hélio Costa (PMDB-MG), que antecipa a discussão do anteprojeto. Em Plenário, Osmar Dias chamou a proposição de "centralizadora e abusada" e alertou para o risco de que dispositivos da medida limitem a liberdade de criação artística.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu o anteprojeto e lembrou que a matéria ainda está em discussão, não se tratando, portanto, de proposta fechada. Ela divulgou o texto da Carta de Gramado, assinada por profissionais do cinema, que defende a criação da agência.

A senadora afirmou também que reconhece a importância do debate, que, observou, vai revelar quem tem razão. Ela fez questão de ressaltar que uma agência reguladora é um órgão independente do governo e que, portanto, não se pode acusar o Executivo de "dirigismo".

Outro projeto polêmico do governo, o de criação do Conselho Federal de Jornalismo, que tramita na Câmara dos Deputados, também vai ser discutido na



ROOSEVELT PINHEIRO

Osmar Dias teme que a proposta do governo para a Ancinav limite a liberdade de criação dos artistas

Comissão de Educação. Hélio Costa afirmou que gostaria de ouvir profissionais da imprensa a respeito do assunto.

## Profissionais devem ser ouvidos sobre conselho

Entre os convidados para o debate, estão o secretário de Imprensa da Presidência da República, Ricardo Kotscho, e o jornalista Alberto Dines, do *Observatório da Imprensa*, além do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busatto, que, a pedido de Ideli Salvatti, vai relatar a experiência de regulamentação da atividade.



CÉLIO AZEVEDO

Demóstenes Torres também critica a proposta de criação da Agência e diz ver autoritarismo na iniciativa

Em Plenário, Antero Paes de Barros (PSDB-MT) protestou contra a criação do conselho, destacando o item que daria poderes ao órgão para punir jornalistas. Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou a medida autoritária e acusou o governo de tentar amordaçar setores da sociedade para edificar um projeto de longa duração de poder político. Demostenes Torres (PFL-GO) disse que, com a criação do conselho e da Ancinav, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer imitar a era da ditadura Vargas.

As audiências que irão discutir os dois assuntos ainda não têm data marcada.

## Data de vencimento da dívida paulistana causa polêmica

A mudança na data de vencimento do pagamento de débitos da prefeitura de São Paulo com a União foi classificada de casuística pelo senador José Agripino (PFL-RN). Ele disse que a alteração, feita por meio de acréscimo em medida provisória que trata de outro assunto, tem o objetivo de facilitar a reeleição de Marta Suplicy (PT). Em resposta, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que os termos das renegociações de



MOREIRA MARIZ

Romero Jucá explica que termos da renegociação com São Paulo não foram alterados

dívidas não foram alterados, o que significa que a prefeitura terá que continuar pagando o mesmo montante que deve. Lembrou também que a modificação do prazo já vinha sendo acertada desde o governo anterior e que foi oferecida a

outras prefeituras, além da paulistana.

## Crescimento econômico

Os senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Osmar Dias (PDT-PR) criticaram a celebração de "êxitos econômicos" do governo. Osmar disse que esses êxitos são ilusórios, principalmente porque não se apóiam no desenvolvimento do agronegócio. Ele afirmou que os recursos para o setor estão escassos e, ainda, que o

agricultor tem que se submeter a altas taxas de juros. Já Bornhausen assinalou que o governo deveria era pedir desculpas pelo que não fez, em vez de fazer propaganda de resultados econômicos que o senador considera "pífios".

## CCJ decidirá qual a forma de obter informações sobre cartões do governo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai decidir em sua próxima reunião, dia 15 de setembro, sobre o procedimento a ser adotado quando o Legislativo pedir informações detalhadas sobre gastos do Executivo com cartões de crédito corporativos. Na semana passada, a comissão acatou entendimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, de que é inconstitucional solicitar essas informações por meio de simples requerimento. Com isso, derrotou pedido do senador José Jorge (PFL-PE), que havia obtido parecer favorável do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Para consignar a legalidade da solicitação, Cabral havia proposto que o requerimento fosse submetido ao Tribunal de Contas da União (TCU) e, ainda, incluiu emenda do próprio José Jorge que delimitava o período de realização dos gastos, o nome dos servidores e o tipo de detalhamento das informações solicitadas.

## Augusto aponta desgaste no ensino da Medicina

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) alertou para o "violento" processo de degradação da educação médica no país e para os efeitos que isso provocará sobre a saúde do povo nas próximas décadas. Segundo o senador, nos últimos anos houve a criação desenfreada de cursos de Medicina, a grande maioria dos quais "não reúne as mínimas condições de funcionamento, servindo sua instalação exclusivamente à satisfação de escusos interesses políticos e empresariais".

## Quintanilha: produtores são submetidos a absurdos

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) advertiu o governo para o risco da aplicação da legislação que define o trabalho escravo, a pretexto da qual, disse ele, "têm-se cometido inomináveis absurdos" contra a classe dos produtores rurais. "Não bastassem os entraves históricos ao desenvolvimento do setor, tais como a escassez de crédito, os produtores rurais agora se deparam com uma onda de intimidações e de constrangimentos".

## Zambiasi propõe mudança na lei de direitos autorais

Quando não houver fins lucrativos na utilização de obras teatrais, composições musicais e fonogramas em representações e execuções públicas, não será mais necessária a prévia autorização do seu autor ou titular, segundo prescreve projeto (PLS 221/04) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que se encontra pronto para ser discutido e votado na Comissão de Educação (CE). Em seguida, a proposta seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



## PLENÁRIO

## Heráclito defende Bünge no Piauí



Heráclito Fortes (PFL-PI) defendeu a união de toda a classe política do Piauí em torno de uma mobilização a favor da

permanência da empresa Bünge Alimentos, no município de Uruçuí (PI). Ele informou que, como consequência de várias ações judiciais que estão impedindo o uso de lenha como matriz energética de suas atividades, a multinacional resolveu suspender suas operações no Piauí.

## Romero Jucá elogia Bovespa

Ao considerar que o fortalecimento do mercado de ações impulsiona o desenvolvimento econômico do país, Romero Jucá (PMDB-RR) exaltou a atuação da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Com cerca de 370 empresas credenciadas, a Bovespa tem cumprido sua missão de gerar novas oportunidades de negócio, democratizar o mercado de ações e contribuir para o crescimento da economia brasileira, disse. - A Bovespa tem realizado um trabalho meritório na área do emprego, do investimento e da responsabilidade social.

## Paulo Octávio aplaude usina

Ao relatar visita às obras da usina de Corumbá IV, Paulo Octávio afirmou que o empreendimento vai garantir água ao Distrito Federal nos próximos cem anos, e ressaltou que todos os cuidados estão sendo tomados para reduzir o impacto ambiental da obra. - Creio, inclusive, que a área ao redor do grande lago de Corumbá IV poderá se tornar solo fértil para o incremento do turismo ecológico e de lazer - disse o senador, acrescentando que a obra está na fase de construção da barragem.

## Garibaldi pede solução de dívida



Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou ao presidente da República para que seja dada solução urgente ao problema da dívida dos

pequenos e médios municípios agrícolas do Nordeste. Ele advertiu que há muitas execuções programadas e avisos de que, se as dívidas não forem compostas, serão executadas pelas instituições de crédito, como o Banco do Brasil e, principalmente, o Banco do Nordeste.

## Ponte interditada preocupa João Alberto e Edison Lobão

O colapso da ponte que liga a ilha de São Luís, capital do Maranhão, ao continente foi tema de pronunciamentos em Plenário, durante a semana. O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez um relato comovente sobre a situação.

- Deparei-me com um cenário de guerra, com romarias de pessoas atravessando a ponte a pé, porque ela não suporta o peso dos veículos. Até mesmo as cargas estão sendo transportadas em pequenas carretas puxadas por pessoas - descreveu.

Lobão pediu ao governo providências urgentes para que o tráfego possa ser restabelecido, a fim de que a cidade mantenha suas atividades normais.

Já o senador João Alberto (PMDB-MA) comunicou o anúncio de que o governo deve liberar R\$ 10 milhões para a restauração



Cargas estão sendo levadas em pequenas carretas puxadas por pessoas, diz Edison Lobão

emergencial da ponte e construção de uma nova ligando a cidade ao continente, segundo lhe informou o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

A ponte Marcelino Machado, inaugurada nos anos 70, foi interditada há mais de uma semana, após o rompimento de cabos de



João Alberto informa que governo pode liberar verba para restauração emergencial

segurança durante a passagem de duas carretas com cerca de 70 toneladas cada. O governador do Maranhão, José Reinaldo, decretou estado de emergência até o controle da situação. O tráfego parcial de ônibus e caminhões só deve ser liberado dentro de 30 dias.

## Alberto Silva pede obras em rodovias

Apesar de o Brasil estar demonstrando um bom desempenho na economia, pode enfrentar problemas sérios se não cuidar de seu sistema de transportes, alertou o senador Alberto Silva (PMDB-PI). Para ele, caso não seja implantado um programa imediato de recuperação das estradas, haverá falência do sistema, o que poderá levar o país a um "apagão" da malha rodoviária, como ocorreu com o setor elétrico em 2001. Esse programa poderia gerar 1 milhão de novos empregos, previu o parlamentar. Alberto citou estudo segundo o qual cerca de 32 mil quilômetros de estradas federais estão intransitáveis. Desses, 25 mil quilômetros necessitam apenas de novo asfalto, enquanto 7 mil quilômetros precisam ser totalmente refeitos.



## Lúcia Vânia destaca reunião sobre a Sudeco

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou que, na quarta-feira, o Ministério da Integração Nacional realizou encontro, em Brasília, com o objetivo de discutir a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Lúcia Vânia informou que a Frente Parlamentar do Centro-Oeste organizou algumas sugestões

que espera ver acolhidas na discussão do projeto de recriação da Sudeco. A senadora citou, por exemplo, a criação de uma agência de fomento, de um fundo de desenvolvimento do Centro-Oeste, de um conselho deliberativo formado pelos governadores da região e de um contrato de gestão, propostas não contempladas no projeto do governo.

## Projetos

## Mais benefícios para os idosos

A concessão de passagens gratuitas aos idosos poderá incluir o transporte intermunicipal. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto que reserva

duas passagens por ônibus para maiores de 60 anos, como no transporte interestadual. Segundo o senador, viagens entre municípios são mais fre-

quentes do que entre estados. A proposta está na Comissão de Assuntos Sociais, e o relator é o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) - foto.

## Incentivo aos alunos de exatas

A insuficiência de professores do ensino fundamental e médio em matemática, biologia, física e química levou o senador José Jorge (PFL-PE) a apresentar proposta de incentivo aos estudantes universitários dessas áreas. Pelo projeto, o governo criará bolsa para custear as mensali-

dades dos estudantes matriculados em instituições privadas. Também será concedida bolsa de estágio equivalente a um salário mínimo. Esse último benefício é estendido aos alunos de universidades públicas. Há, em todo o país um déficit de 200 mil professores naquelas disciplinas.

## Alívio para o bolso do estudante

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) apresentou dois projetos que aliviam o bolso dos alunos de universidades privadas. Calcula-se que nessas instituições estudem mais de 2,5 milhões de brasileiros.

O primeiro projeto de lei (PLS 232/04) determina que a mensalidade a ser paga pelos

alunos será proporcional ao número de disciplinas matriculadas.

O outro projeto de lei (PLS 233/04) permite ao aluno aproveitar em uma universidade as disciplinas cursadas em outra instituição.

As propostas estão na Comissão de Educação.

## Rigor na venda de jogadores

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) propõe que a venda de jogadores de futebol para o exterior não prejudique os clubes onde eles iniciam a carreira. Projeto apresentado pelo senador, e que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, estabelece que o clube que profissionalizar o atleta terá prioridade na primeira renovação do seu contrato. Além disso, o jogador só poderá ser vendido ao exterior quando atingir a maioria.

## Voto poderá ser impresso

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) está propondo que as urnas eletrônicas voltem a imprimir os votos. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) considerou o processo custoso. O projeto, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, determina a volta da impressão, para que o eleitor possa conferir os dados digitados na urna.

## Aborto para os casos de anencefalia

A discussão sobre a possibilidade de aborto nos casos de anencefalia (quando não há formação do cérebro do feto), provocada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), levou Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) a propor que a gravidez poderá ser interrompida cirurgicamente, desde que haja consentimento da gestante.

## Bolsa-Família ajuda deficientes

As famílias de baixa renda que cuidam de parentes portadores de deficiência poderão ser incluídas no programa Bolsa-Família. Segundo o senador Augusto Botelho

(PDT-RR), autor do projeto (PLS 246/04), pessoas que cuidam de parentes com doença incapacitante estão mais sujeitas a problemas como depressão e artrite.



## PLENÁRIO

# Antero quer moralizar operações de câmbio

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), anunciou na última quarta-feira que irá apresentar várias propostas de mudança na legislação para evitar a prática de irregularidades cambiais e financeiras.

As medidas incluem a proibição de operações de câmbio feitas por agências de turismo, maior controle sobre as empresas de *factoring*, a responsabilização dos bancos pela movimentação de recursos por pessoas sem lastro financeiro ou que usem CPF falso e a autorização para que o Banco Central (BC) e a Receita Federal compartilhem as informações de que dispõem em relação a contribuintes suspeitos de praticar crimes financeiros ou tributários.

Antero disse que a investigação realizada pelos parlamentares "demonstrou, à exaustão, as falhas da legislação e a deficiência do Estado brasileiro no controle da movimentação financeira".

— O BC não conhece os dados fiscais das pessoas físicas e jurídicas que movimentam somas fabulosas no mercado financeiro.



Antero admite que CPI do Banestado cometeu "alguns equívocos"

A Receita, apesar da CPMF, não tem acesso à movimentação financeira realizada por meio de instituições bancárias, ou seja, não tem vasos comunicantes com o BC e, por isso, enormes prejuízos são gerados para o Brasil. Não há lei que responsabilize bancos, banqueiros e gerentes pela movimentação financeira ilegal, irregular ou suspeita de clientes que não dispõem de renda ou recursos para justificá-la. Falta também uma estrutura de fiscalização na esfera pública capaz de detectar essas ocorrências — ressaltou Antero.

O senador admitiu que a CPI cometeu "alguns equívocos",

como a quebra do sigilo fiscal ou financeiro de empresas e pessoas em relação às quais não foi identificado nenhum indício de comportamento irregular. Ele atribuiu o fato à ação articulada entre o relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP), e "setores do governo".

Também na quarta, a Corregedoria do Senado ouviu Luís Fernando Candiota, ex-diretor de Política Monetária do BC.

A Corregedoria abriu sindicância para apurar a denúncia de suposta extorsão praticada por integrantes da CPI, mas Candiota negou ter sido vítima de extorsão.

## Maguito homenageia Dia do Soldado

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) rendeu homenagens ao soldado e ao Exército brasileiros, quarta-feira passada, quando se comemorou o Dia do Soldado. A data coincide com a de nascimento de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que, como oficial do Exército, combateu rebeliões contra o Estado e comandou as forças brasileiras em batalhas históricas, como a Guerra do Paraguai,

em 1869.

— Em todas as suas vitoriosas missões, Caxias, cumprindo a tônica do Exército brasileiro, colocou sempre a unidade nacional como bandeira — comentou.

Se o passado da instituição e a atuação de seus combatentes são motivos de homenagem, disse o parlamentar, seus méritos continuam a se perpetuar nos dias de hoje. Seja para prover a segurança nas fronteiras, seja

para levar novas tecnologias e conhecimentos para o país, o Exército tem se mostrado pronto, segundo Maguito, a assumir missões inovadoras, como o reforço para deter a violência urbana no Rio de Janeiro.

A participação do Exército em missões de paz também foi exaltada por Maguito, que elogiou a atuação no Timor Leste, Honduras, Nicarágua, Moçambique, Angola e, agora, Haiti.

### Valdir Raupp defende Embrapa

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que a pesquisa agropecuária e florestal, objetivo maior da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tem papel básico no desenvolvimento porque cria alternativas tecnológicas viáveis, estimula o desenvolvimento sustentável do setor e concilia produção com preservação ambiental. Tudo isso são recursos estratégicos para o controle de eventual crise social e econômica, acrescentou o senador, que fez um balanço da agricultura e do potencial produtivo da Amazônia, citando artigo do subeditor de economia do *Correio Braziliense*, Carlos Alberto Júnior.

### Eduardo pede luta contra o atraso

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu ao governo federal que priorize o enfrentamento de problemas internos "que concorrem para dividir o país entre o atraso e o desenvolvimento econômico". O apelo foi feito em função da informação de que o governo teria liberado R\$ 3 bilhões para investimentos na América Latina. Embora dizendo "admirar muito" a política internacional de Lula, ele observou que há "um Brasil inteiro a desenvolver". E condenou a carga tributária na produção de *softwares*, o que estaria colocando o país em desvantagem na competição com a China e a Índia.

### Osmar solicita apoio do governo para os produtores de trigo

Ao dirigir apelo ao governo federal e ao Congresso Nacional para que analisem com rapidez as sugestões apresentadas pelos produtores brasileiros de trigo, o senador Osmar Dias (PDT-PR) informou que a categoria vem enfrentando dificuldades devido à queda nos preços

do produto. O senador afirmou que o Executivo não pode abandonar os produtores de trigo na hora em que eles passam por dificuldade. Ele lembrou que a safra deste ano é recorde - 6,2 milhões de toneladas - e que a produção interna já atende a 60% das necessidades do país.

### Flávio Arns destaca comemoração da Semana Nacional do Excepcional

A Semana Nacional do Excepcional, comemorada de 21 a 28 de agosto, foi lembrada pelo senador Flávio Arns (PT-PR). Instituída há 40 anos, a semana busca chamar a atenção da sociedade para as necessidades de deficiência no Brasil. Ele registrou também que

as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) comemoram 50 anos de existência em 11 de dezembro próximo. — Esses 50 anos significam atendimento com qualidade para muitas pessoas — disse. Ele informou que a Apaes está implantada em 2 mil municípios do país.

#### Presidência



José Sarney recebe delegação do Senado japonês

## Japão apóia entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na última quarta-feira delegação de seis senadores japoneses, representantes de todos os partidos, que manifestaram apoio do Japão para que o Brasil tenha um lugar permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Os parlamentares reiteraram o

convite para que José Sarney vá ao Japão no próximo ano. Também lembraram que há no Brasil 1,4 milhão de japoneses e descendentes e indagaram como se realiza a ação do Senado no campo social. O senador Sarney informou que a Casa tem uma comissão permanente — a CAS — dedicada ao assunto.

#### Curtas

### Sarney elogia atletas olímpicos

O presidente do Senado enviou mensagem ao Comitê Olímpico Brasileiro em que parabeniza os atletas que representaram o Brasil em Atenas.

### Prêmio para cidade que apóia o idoso

O Senado assinou protocolo com o Sesc e a Sociedade Brasileira de Gerontologia para executar programa que premiará municípios com políticas em favor do idoso.

### Museu do Coração pode ser criado

A Sociedade Brasileira de Cardiologia expôs os planos para criação do Museu do Coração. José Sarney aceitou convite para ser o patrono do projeto.

Após ser recebido por Sarney, o ministro da Saúde, Humberto Costa, afirmou que o presidente do Senado apoiará a tramitação mais rápida de dois projetos. O primeiro cria a Empresa Brasileira de Hemoderivados (Hemobrás). Outro ratifica convenção da OMS sobre controle da venda de tabaco.

### Homenagem a Getúlio

José Sarney participou do lançamento do livro *O Dia em que Getúlio matou Allende*, do jornalista Flávio Tavares. Ele estava acompanhado do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e dos ministros José Dirceu (Casa Civil) e Amir Lando (Previdência Social).

### Procurador presta contas

O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, entregou a Sarney relatório do seu primeiro ano à frente do Ministério Público. "Não há obrigação legal, mas o procurador-geral tem o dever de trazer à Casa uma prestação de contas", disse Fonteles.



**COMISSÕES** A aprovação de diversos projetos marcou atividades das comissões do Senado na semana que passou

# Carteira de trabalho pode ter mais informações

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou na terça-feira passada (24) um projeto que vai tornar mais segura a carteira de trabalho. Pela proposta, o empregador será obrigado a anotar, no documento, o número do registro da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica, ou o número do registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se pessoa física, além de outros dados que permitam a perfeita identificação do empregador.

A proposta segue agora para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para que seja votada no Plenário do Senado.

O objetivo do projeto é reduzir as possibilidades de fraude por parte dos empregadores, segundo o autor da proposta original (PLS 27/03), senador João Alberto Souza (PMDB-MA). O projeto aprovado na CAS foi um substitutivo do senador Aelton Freitas (PL-MG) à proposta original.

## Violência contra a mulher, tema para estudo em sala de aula

A violência contra a mulher poderá ser discutida nas salas de aula. A Comissão de Educação aprovou a inclusão do tema entre os que podem ser discutidos no estudo de diversas matérias do ensino fundamental e médio. A proposta é de autoria do deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ) e foi aprovada na terça-feira passada na forma de um substitutivo elaborado pela relatora no Senado, Fátima Cleide (PT-RO).

O substitutivo ampliou os assuntos que poderão ser tratados em sala de aula. Ao lado da violência contra a mulher estão temas como educação ambiental, prevenção ao uso de drogas, defesa do consumidor, proteção aos portadores de deficiência e sexualidade humana.

A matéria (PLC 23/04) terá de ser analisada ainda pelo Plenário do Senado e, como modifica o texto original, voltará posteriormente ao exame da Câmara dos Deputados.



Objetivo da proposta aprovada pela CAS é evitar fraudes por parte de empregador

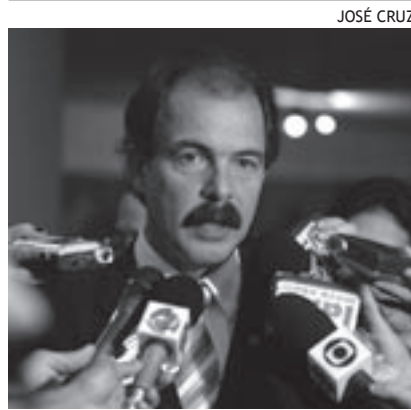
## Comissão discutirá medidas protecionistas da Argentina

As recentes medidas protecionistas adotadas pela Argentina contra produtos brasileiros serão debatidas em audiências públicas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em datas ainda a serem marcadas. O requerimento para realização das audiências foi do senador Jefferson Péres (PDT-AM), para quem as restrições a produtos brasileiros como televisores, máquinas de lavar e automóveis, por meio de cotas de importação e elevação de alíquotas, têm prejudicado a indústria nacional.

Além do debate sobre as exportações à Argentina, a CRE decidiu chamar para participar de uma reunião a secretária-geral da Organização do Tratado de

Cooperação Amazônica, Rosalia Serrano. A iniciativa foi do senador Marco Maciel (PFL-PE), que pretende colocar em debate o processo de implantação do novo organismo, que terá sede em Brasília.

Após um longo debate, os membros da CRE decidiram encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma consulta sobre os possíveis riscos de quebra de sigilo do voto, no caso de aprovação da ampliação do direito de voto aos brasileiros residentes no exterior. A decisão foi tomada durante a discussão do Projeto de Lei 398/03, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que permite o voto no exterior também para senador, governador e vice-governador.



Aloizio Mercadante acolheu indicação de ministro do STM

**TRIBUNAL MILITAR** - A Comissão de Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira (25), por unanimidade, a indicação do general-de-Exército Antonio Apparicio Ignacio Domingues para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). A indicação, que teve o voto favorável do relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), será agora examinada pelo Plenário. O STM é encarregado de processar e julgar crimes cometidos por membros das Forças Armadas.

**INDICAÇÕES** - A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou na terça-feira (24), duas indicações da Presidência da República: Oscar Cordeiro Netto para diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) e José Airtton Félix da Silva para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As duas indicações serão agora votadas no Plenário.

**AVIAÇÃO CIVIL** - A Comissão de Infra-Estrutura aprovou no dia 24 requerimento de Efraim Moraes (PFL-PB) determinando a realização de audiência pública para discutir a questão da aviação civil no Brasil, especialmente os problemas financeiros enfrentados pela Varig. A audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

**MERCOSUL EM DEBATE** - A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul realizou na quarta-feira passada (25) uma palestra sobre o bloco econômico (O Sistema Tributário como Fator de Integração Econômica). Os palestrantes foram o jurista português Vasco Branco Guimarães e o economista alemão Wacker Keiko. Eles falaram sobre a experiência europeia de moeda e impostos únicos.

**ESTRADAS** - O projeto que inclui a interligação entre as rodovias BR-101 e BR-104, em Alagoas, na relação do Sistema Rodoviário Federal, foi aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura (CI) na terça-feira (24). O parecer favorável ao projeto (PLC 40/04) foi do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). O trecho une as cidades alagoanas de São José da Laje e Novo Lino.

**NOVA SUBCOMISSÃO** - Aelton Freitas (PL-MG) foi eleito presidente da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, instalada dia 25 no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ela acompanhará os trabalhos de liquidação de bancos feitos pelo Banco Central. O vice-presidente é Fernando Bezerra (PTB-RN).

**FERROVIA** - A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou dia 25 requerimento de Papaléo Paes (PMDB-AP) determinando audiência pública para discutir alternativas à crise do setor ferroviário. Papaléo convidou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, o secretário de Política Nacional de Transportes e um representante da Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários (Faef).

## Mais segurança para os computadores

A Comissão de Educação aprovou o parecer favorável a um projeto de lei do senador Tião Viana (PT-AC) - foto - que procura garantir a privacidade dos usuários de computadores. De acordo com a proposta (PLS 87/04), passa a constituir crime de falsidade ideológica - passível de detenção e multa - a instalação de programas de computador conhecidos como *spyware* (programas espíões) sem o consentimento do usuário. O projeto, relatado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), vai agora para a CCJ.



ROOSEVELT PINHEIRO

## Projeto de resolução regulamenta CPIs

As reuniões das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) ocorrerão às segundas, quintas e sextas-feiras, segundo o Projeto de Resolução 93/99, aprovado pela Comissão de Justiça (CCJ) na quarta-feira (25). A proposta é de Jorge Bornhausen (PFL-SC). Emenda de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) determina que os membros das CPIs renunciarão ao seus sigilos bancário, telefônico e fiscal.

## Juvêncio pede explicação do governo

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) quer que o governo explique por que se recusou a participar de um encontro internacional, a ser realizado em 2005, no Japão, sobre a Questão Ambiental e Sociedade Urbana Industrializada. Juvêncio apresentou requerimento, aprovado na quarta-feira (25) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), convidando a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a dar explicações.

## CCJ aprova criação de cargos em tribunais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira (25) três projetos de lei criando 512 cargos em três tribunais. Para o Supremo Tribunal Federal (STF), 238 cargos e funções comissionados. Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), 40 cargos de provimento em comissão e 76 funções. Para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), da 12ª Região, 158 cargos de provimento efetivo.

## Audiência sobre planos de saúde

Os reajustes dos planos de saúde vão ser debatidos em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou na quarta-feira (25) um requerimento apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O objetivo da audiência é esclarecer, além dos aumentos, supostos abusos contra os consumidores dos planos. Entre os convidados estão representantes do Ministério da Saúde.



## MULHERES Oito senadoras foram eleitas em 2002, mas número deve aumentar nas próximas eleições



Senado tem funcionado como o "coração da política", segundo Patricia Saboya



Para Heloisa Helena, "balcão de negócios" entre Executivo e Legislativo ainda não terminou



Ideli defende "um papel mais equilibrado" para o Senado, sem sessões tumultuadas



Lúcia Vânia: "turbulência" vivida pela Casa é reflexo da mudança de governo

# Bancada feminina no Senado, avanços e desafios a cada dia

Nas eleições de 2002, a representação feminina no Senado aumentou 100%, abrindo espaço para uma bancada que, mesmo divergindo em questões políticas, atua em bloco quando está em jogo a aprovação de projetos e iniciativas voltados para as questões sociais. Essa aliança conta com um braço de apoio na Câmara dos Deputados, onde a bancada feminina nas últimas eleições cresceu 45%. O Senado chegou a contar com dez senadoras em janeiro do ano passado, quando Marina Silva (PT-AC) foi chamada pelo governo federal para assumir o Ministério do Meio Ambiente. E, em junho último, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) se afastou para ocupar

Eleitas em 1998
Maria do Carmo Alves (PFL-SE)*
Heloisa Helena (PT-AL)
* Secretária de Combate à Pobreza de Sergipe
Eleitas em 2002
Marina Silva (PT-AC)*
Serys Slhessarenko (PT-MT)
Ana Júlia (PT-PA)
Fátima Cleide (PT-RO)
Ideli Salvatti (PT-SC)
Patricia Saboya (PPS-CE)
Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Roseana Sarney (PFL-MA)
* Ministra do Meio Ambiente

o cargo de secretária do Combate à Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho de Sergipe.

Desde que Eunice Michiles tomou posse como primeira

senadora, em maio de 1979, suplente do então senador João Bosco, a representação feminina vem crescendo, mas devagar – até agora foram 28 mulheres entre titulares e suplentes eleitas. As duas primeiras senadoras titulares que se elegeram foram Marluce Pinto, de Roraima, e Júnia Marise, de Minas Gerais.

Entre as senadoras da atual legislatura, a maioria assumiu seu primeiro mandato em 2003.

As parlamentares têm se envolvido em assuntos delicados – como a investigação pela comissão parlamentar mista de inquérito (CPI), presidida pela senadora Patricia Saboya (PPS-CE), de crimes sexuais contra jovens –, coordenaram a criação de frentes parlamentares, assu-

miram a presidência de comissões e participam ativamente de debates no Plenário e nas comissões.

Por discordar da política adotada pelo governo, a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) viveu situação difícil que culminou com sua expulsão do Partido dos Trabalhadores. A senadora se diz, hoje, mais madura. "Sinto alívio por não fazer parte do vexatório balcão de negócios que legitima a velha promiscuidade entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional", afirma.

Em alguns momentos, as divergências políticas geram atritos com colegas. Mas as discordâncias são deixadas de lado para que seja cumprida a carregada agenda que movimenta a Casa.



"Sofri forte impacto ao enfrentar uma Casa ainda machista", diz Fátima Cleide



Roseana Sarney: orgulho em fazer parte do Senado, a Escola Superior de Política



Serys encara com bom humor comentários sobre a presença feminina no Congresso



"Uma minoria nos vê como vasos de flores, mas isso está acabando", garante Ana Júlia

## Participação em todas as discussões e decisões

Mesmo estando cercadas de políticos experientes – há 24 ex-governadores entre os senadores –, as mulheres, muitas delas vindas apenas de experiências regionais, têm estado presentes em todas as discussões.

– Somos apenas oito, mas é difícil alguém chegar ao Plenário e não ver pelo menos uma de nós presente – desafia a senadora Serys Slhessarenko (PT-MS).

Ela se diz orgulhosa do trabalho do Senado e não se intimida, mesmo estando em sua primeira legislatura, diante dos desafios que têm sido impostos às parlamentares. "Dou nota 10 a tudo o que fizemos em 2003", afirma.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) prevê que a bancada feminina deverá aumentar nas próximas eleições.

– As mulheres, cada vez mais, ocupam espaços no comando político nos estados e por certo irão desembarcar em número ainda maior no Congresso Nacional – prevê.

Orgulho é o que manifesta a senadora Roseana Sarney (PFL-MA) por fazer parte do Senado, que ela chama de Escola Superior de Política.

– Ganhei grande experiência com as discussões das reformas nessa grande escola de convivência entre desiguais, e que permite um exercício contínuo de paciência e de compreensão – afirma Roseana.

### Casa funciona como "coração da política"

A senadora Patricia Saboya (PPS-CE) revela que não espera-

va participar de um Senado que tem, segundo ela, funcionado como "coração da política".

– O Senado tem vivido uma movimentação que, até pouco tempo atrás, marcava mais a atuação da Câmara dos Deputados – observa. Sobre a bancada feminina, Patricia ressalta o apoio e solidariedade das senadoras ao trabalho da CPI, presidida por ela, que investigou a exploração sexual de jovens. As iniciativas na área social, segundo a senadora, reúnem as senadoras sem passar pelas diferenças partidárias.

A turbulência política que deu foco ao Senado também surpreendeu a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC).

– Quando fui eleita diziam que eu iria entrar no paraíso, num longo e calmo tapete azul – iro-

niza a senadora, que defende um papel "mais equilibrado" para o Senado. Para Ideli, esse é o comportamento que a sociedade espera dos senadores, e não "as discussões inflamadas e sessões tumultuadas" que marcaram os últimos meses.

Já a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirma que a turbulência vivida pela Casa "reflete a inquietação normal de mudança de governo" e que a agitação "já era esperada".

– Houve mudanças expressivas na correlação de forças no Congresso e acredito que esse processo, no qual quem foi governo por oito anos agora fiscaliza e quem foi oposição durante duas décadas agora executa, irá contribuir para a construção de um novo país – assinala a senadora.

## Até 1979, Casa era ocupada exclusivamente por homens

Algumas senadoras ainda reclamam de certa dose de machismo no tratamento que recebem de colegas, que até 1979 estavam acostumados a atuar em um espaço estritamente masculino.

Fátima Cleide diz que muita coisa mudou desde que chegou ao Senado. "Sofri um forte impacto ao enfrentar uma Casa ainda conservadora e machista", observa. "Hoje, as parlamentares estão presentes em todas as discussões e atuam juntas", afirma.

Serys Slhessarenko encara com bom humor os comentários que ouve a respeito da presença feminina no Congresso. "Quando deputados e senadores falam que há mulheres demais aqui, respondo que ainda é muito pouco, e que iremos ocupar mais de 50% das cadeiras."

Para Ana Júlia, as iniciativas das mulheres começam a sobressair. "Embora a maior parte dos colegas respeite a nossa capacidade política, ainda há uma minoria que nos vê como vasos de flores." Na opinião de Ana Júlia, as mulheres têm conseguido se impor, também, porque mostram que na política "pode-se ter adversários, mas não inimigos".

## Presença das mulheres mostra evolução, afirma Ramez Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator do projeto que regulamentou as eleições de 1996, garantindo às mulheres 25% das vagas nas disputas municipais, afirma que a presença da bancada feminina contribui para melhorar o desempenho do Senado. Para ele, a mulher "tem sensibilidade, algo necessário no dia-a-dia da política". A queixa de senadoras sobre "o comportamento machista" de alguns colegas, disse, não procede.

– Elas já estão incorporadas no dia-a-dia do Congresso e, além disso, vieram de eleições nas quais derrotaram candidatos do sexo masculino, em regiões onde ainda existiria uma atitude mais conservadora em relação à mulher – ressalta. Para o senador, a presença crescente de mulheres parlamentares demonstra "evolução da sociedade".

Sobre a aprovação da lei que abriu mais espaço para a mulher na política partidária, Tebet recorda que trabalhou 72 horas seguidas para apresentar o seu relatório.

– A Câmara havia rejeitado o dispositivo que garantia 25% das vagas para as mulheres, mas apresentei emenda em Plenário que acabou aprovada.



# Raposa/Serra do Sol deve ser contínua?

A homologação de uma área indígena contínua com 1 milhão e 700 mil hectares, em Roraima, onde vivem índios das etnias wapichana, macuxi, ingaricó, patamona e taurepang, divide opiniões no governo e entre os parlamentares. O senador

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) sustenta que 90% dos índios da área concordariam com a demarcação das terras em “ilhas”, excluindo municípios, áreas produtivas, vias de acesso e vilas. Já o senador Sibá Machado (PT-AC) considera que os índios

“necessitam de territórios maiores e contínuos” para poderem viver de acordo com seus hábitos e costumes. A alternativa de áreas fragmentadas consta do relatório preliminar da comissão externa do Senado que analisa a situação de áreas indígenas.

CÉLIO AZEVEDO



SIBÁ MACHADO

“Não se pode comparar tamanho de terra indígena com o tamanho da população. Quem vive em pequenas áreas são pessoas que aprenderam a viver com altas tecnologias”

“Existe uma orquestração que tem por objetivo coagir o governo a homologar as terras indígenas nas condições ditadas por entidades religiosas e organizações não-governamentais”

J. FREITAS



MOZARILDO CAVALCANTI

## SIM

### Índios colaboram para a proteção ambiental e das fronteiras

Por princípio, todas as terras indígenas do Brasil já deveriam, a partir da Constituição de 1988, ter sido homologadas de maneira integral. É uma dívida constitucional, é uma dívida do Estado, principalmente as áreas indígenas que hoje são focos de muitas cobijas. Eu acredito que nas áreas de fronteiras, sobretudo, são as nações indígenas que mais têm colaborado para a segurança nacional. Na Amazônia, há um incremento a mais porque, além de segurança de fronteiras, as comunidades acabam, pelo seu modo de vida, fazendo também a preservação ambiental, o que garante os recursos hídricos que alimentam o Rio Amazonas.

#### Não faz sentido o temor de uma nação independente

A nação brasileira já tem leis suficientes que garantem a sobrevivência desses povos e me admira muito, em pleno século 21, ainda existir medo de que os indígenas possam se constituir como país independente. Ora, fazendo uma comparação aqui, que pode até parecer esdrúxula, mas e os migrantes japoneses, poloneses, alemães, italianos que insistem em manter suas culturas de uma maneira bastante forte? Muitos de seus filhos falam sua língua materna, até os 12 anos de idade, e só depois é que vão aprender a língua portuguesa. Então, para mim, são argumentos totalmente desnecessários e até fúteis. Portanto, eu acho que é uma dívida do país, temos que fazer pelo bem do país, inclusive pela sobrevivência da nossa rica região amazônica.

E em terras contínuas, a homologação é necessária, porque são modos de vida. Esse pessoal precisa de uma área de terra vasta para encontrar seu modo de vida, de alimentação e tantas outras

coisas. Não se pode comparar tamanho de terra indígena com o tamanho de sua população. É impossível comparar. Quem vive em pequenas áreas de terra são pessoas que aprenderam a conviver com altas tecnologias, a exemplo do Japão, um país pequenininho em que boa parte de sua área é de montanha. Também é o caso da Holanda, em situação pior, pois tem que brigar com o oceano para não ser inundada. Então, essa coisa do tamanho do território está muito vinculada ao modo de vida e aos processos tecnológicos. Os povos indígenas necessitam obrigatoriamente de territórios maiores e contínuos.

J. FREITAS



Índios macuxis em reunião da Comissão de Questões Fundiárias

## NÃO

### Municípios, vilas e áreas produtivas devem ficar fora da demarcação

A ONG americana Rainforest Foundation, junto com a índia Joênia Batista Wapichana, advogada e assessora jurídica do Conselho Indígena de Roraima (CIR), quer que a Organização dos Estados Americanos (OEA) pressione o governo brasileiro a homologar rapidamente a demarcação de 1 milhão e 700 mil hectares para os povos indígenas de Roraima, e para tanto denunciaram o país junto àquela organização.

Essa denúncia faz parte de uma grande orquestração que tem por objetivo coagir o governo brasileiro a homologar as terras indígenas nas condições dita-

das por entidades religiosas e ONGs que atuam naquela região. Esses grupos, sob o pretexto de defender os direitos dos índios, pleiteiam que a reserva Raposa/Serra do Sol seja homologada como área contínua, somando nada menos que 1 milhão e 700 mil hectares, para cerca de 15 mil índios que ali vivem, dos povos wapichana, macuxi, ingaricó, patamona e taurepang.

#### Preocupação crescente com segurança e riqueza do país

O que defendemos é que 90% da população indígena daquela região defendem: que se retirem, na homologação da reserva, os municípios, as vilas, as áreas produtivas e as vias que permitem o escoamento da produção da região. Queremos também que a segurança de nossas fronteiras seja mantida. Isso leva a uma preocupação crescente com a questão da segurança nacional, com a questão da integridade do território brasileiro e também com o descaminho das nossas riquezas, sejam as riquezas minerais, sejam as da nossa biodiversidade.

É de se observar que entre os próprios índios que habitam a área da reserva Raposa/Serra do Sol não há um consenso a esse respeito; ou, para melhor esclarecimento: a grande maioria dos índios que ali vivem tem se manifestado favorável à homologação em ilhas, preservando os municípios, as áreas produtivas, as vias de acesso e as vilas, o que equivaleria a uma redução de aproximadamente 15% da área demarcada. Esse ponto de vista é compartilhado também por representantes das Forças Armadas, empresários, governantes e pela imensa maioria da população civil brasileira, que conhece os riscos decorrentes da demarcação de uma reserva indígena com essas dimensões.



# Debate sobre esporte é destaque na Rádio Senado

O futuro do esporte no Brasil, as mudanças proporcionadas pela aprovação do Bolsa-Atleta e a proposta do governo de conceder incentivos fiscais a empresas que patrocinarem esportistas são alguns dos temas do programa *Conexão Senado – O Esporte no Brasil*, que a Rádio Senado exibe hoje, às 12h.

Para participar do debate ao vivo, foram convidados o deputado Deley (PV-RJ), presidente da Comissão Especial da Câmara que analisa o Estatuto do Desporto, e o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, responsável pela proposta de responsabilidade do desporto.

O programa conta, também, com depoimentos do ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, do medalhista olímpico Torben Grael, do secretário de Esportes do Rio de Janeiro, Francisco Carvalho, e do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O ouvinte pode participar



EVANDRO TEIXEIRA/COB/DIVULGAÇÃO

**O patrocínio de esportistas está entre os temas discutidos pela Rádio Senado**

da conversa pelo telefone (61) 311-1261 ou pelo e-mail [conexao@senado.gov.br](mailto:conexao@senado.gov.br).

Também hoje, às 23h, a rádio apresenta

*Vozes do Século XX*, que resgata a memória musical desse tempo, apresentando as canções e os intérpretes que marcaram a época. Nesse programa, o ex-senador Artur da Távola apresenta as cantoras Elis Regina, Maria Bethânia, Astrid, Carmem Miranda e Doris Day interpretando as mais variadas músicas, como *Atrás da Porta*, *Explode Coração*, e *These Foolish Things*.

Na quinta-feira, às 23h, a emissora apresenta o *Escala Brasileira*, que traz entrevistas com músicos do país. Este programa inédito tem como convidado o cantor Lobão, que aprendeu a tocar bateria aos seis anos e já tocou nas bandas Vímana, Blitz e Lobão e os Ronaldos.

Atualmente, em carreira solo, Lobão causa polêmica com suas declarações e com a campanha contra as políticas das grandes gravadoras. O programa é reapresentado no sábado, às 20h.

## RÁDIO SENADO

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

## TV SENADO

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.



**BIENAL DO CEARÁ** Estande da Casa vai apresentar diversas publicações do Conselho Editorial

## Manual de direitos será distribuído ao visitante

Você sabia que é garantido ao idoso desconto de pelo menos 50% nas atividades culturais, de lazer e esportivas? Que o portador de deficiência comprovadamente carente tem direito a passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual? Que o credor não pode expor o devedor ao ridículo, como fazer cobranças no local de trabalho? Já ouviu falar que comete crime ambiental quem vende, exporta, compra, guarda, mantém em cativeiro ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna brasileira vindos de criadouros não autorizados? Essas questões são esclarecidas, de forma didática, na publicação *Especial Cidadania*, coletânea de textos publicados no **Jornal do Senado** sobre os direitos do ci-

dadão. O livreto será lançado na próxima sexta-feira, e distribuído gratuitamente, no estande do Senado na VI Bienal Internacional do Livro do Ceará.

O *Especial Cidadania*, que começou a ser publicado no **Jornal do Senado**, semanalmente, a partir de 15 de setembro do ano passado, surgiu com o objetivo de divulgar e facilitar o entendimento sobre o conteúdo de leis e informações de interesse dos cidadãos. O manual contém 64 páginas abrangendo temas como direitos e garantias do cidadão, crianças e adolescentes, violência sexual, trabalho escravo, trabalhadores domésticos, direitos do consumidor, portadores de deficiência, Congresso Nacional, idosos e doenças graves. A coletânea, editada para celebrar os nove anos do **Jornal do Senado**, inclui 17 das 32 edições do *Especial Cidadania* publicadas até maio passado.

Os critérios utilizados para a seleção dos temas do manual – que pela primeira vez o Senado distribui em feira de livro – foram a longevidade das informações e seu interesse amplo.

Os critérios utilizados para a seleção dos temas do manual – que pela primeira vez o Senado distribui em feira de livro – foram a longevidade das informações e seu interesse amplo.

*Especial Cidadania* pode ser copiado por meio da Internet, no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)



## Conselho Editorial

O Conselho Editorial do Senado, criado em janeiro de 1997, edita obras relevantes para a história do Brasil, diplomacia, ciências jurídicas, sociologia e etnologia, além de relatos de viajantes estrangeiros pelo país. Todo o acervo é colocado à disposição do mundo acadêmico, da comunidade científica e do público em geral a preço de custo. A maioria dos títulos relançados pelo Senado são de domínio público e encontravam-se esgotados, sem interesse das editoras comerciais em incluírem de volta em seus catálogos. Além de distribuir e comercializar os livros em diversas feiras de livro realizadas no país, o Senado, por intermédio da sua Subsecretaria de Edições Técnicas, recebe encomendas por carta (Via N2 - Unidade de Apoio 3 - Senado

Federal - 70.165-900 Brasília DF), telefone (61 311-3575), fax (61 311-4258) ou e-mail ([livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br)). A subsecretaria mantém na Internet um catálogo com todas as publicações que integram as coleções por ela editadas, que são: *História do Direito Brasileiro*, *Biblioteca Básica Brasileira*, *Brasil 500 anos*, *Edições do Senado Federal*, *Grandes Vultos que Honraram o Senado*, *História Constitucional Brasileira*, *Memória Brasileira* e *O Brasil Visto por Estrangeiros*. Dispõe ainda de obras de interesse jurídico, literário e político e de publicações em mídia eletrônica, além de comercializar assinaturas para a *Revista de Informação Legislativa*, que é editada pelo Senado há 40 anos.

# Senado edita obra rara com história do estado

Com prefácio do governador Lúcio Alcântara, o livro *Notas para a História do Ceará*, do diplomata inglês Guilherme Studart, o barão de Studart (1856-1938), será lançado pelo Senado, no dia 3 de setembro, durante a VI Bienal Internacional do Livro do Ceará.

A obra transcreve textos originais sobre a criação de vilas e freguesias no estado, reproduz devassas instauradas contra oficiais e intendentos e reúne notas de ouvidores do século 18. Também inclui documentos sobre a conhecida **seca grande**, ocorrida entre os anos de 1777 e 1779, epidemias registradas na Região Norte do país e informações sobre a separação entre o Ceará e Pernambuco.

Médico por formação, vice-cônsul da Inglaterra no Ceará, abolicionista e pessoa ligada à cultura, Guilherme Studart tinha na pesquisa uma de suas grandes paixões. Segundo informa Lúcio Alcântara no prefácio da obra, o barão gostava de vasculhar arquivos, esquadrihar gavetas esquecidas e catalogar documentos. Studart, considerado um estudioso e possuidor de grandes habilidades como arquivista, tornou-se um dos mais conhecidos e respeitados nomes da historiografia cearense. A obra do inglês abange cerca de 150

trabalhos sobre história e geografia, a maioria deles tendo o Ceará como foco.

– A cuidadosa edição de *Notas para a História do Ceará*, organizada pelo Conselho Editorial do Senado Federal, é um presente para os pesquisadores e um passo além na preservação da memória bibliográfica cearense. Mesmo que evitemos certa tendência positivista de “fetichizar” o documento, continuamos reconhecendo a sua importância na construção do saber histórico – opina Lúcio Alcântara.

### Manuscrito relata perseguição a jesuítas

Segundo o governador do Ceará, um dos documentos de destaque publicados no livro é um manuscrito encontrado pelo Conde de Parati, em Roma, e que integra o acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa. Intitulado “Relação de algumas coisas, que sucederam aos religiosos da Companhia de Jesus no Reino de Portugal, nas suas prisões, desteros e cárceres, em que estiveram por tempo de 18 anos...”, o documento trata da

perseguição da Ordem de Jesus pelo Marquês de Pombal.

Na visão do próprio autor do livro, o episódio envolvendo o marquês e a Ordem de Jesus é “um drama tão cheio de lances e imprevistos, a que não faltarão o clarão lívido da fogueira, a morte pela fome e a laje fria de lúgubres masmorras”. Guilherme Studart acrescenta que “a extinção da Companhia e seu triunfo final têm sido o assunto e continuarão a sê-lo para livros em número tão crescido que só com eles se poderão organizar bibliotecas”.

## Coleção inclui livros que não são editados pela iniciativa privada

O estande do Senado na VI Bienal Internacional do Livro do Ceará apresentará sete outros títulos editados pelo Conselho Editorial da Casa, em 2004. Uma das obras que deverão despertar grande interesse dos visitantes é *A Propriedade*, do cearense José de Alencar, com 234 páginas e preço de R\$ 15.

Nascido em Messejana (CE), José de Alencar, que além de romancista, jornalista, dramaturgo e poeta, era jurisperito e político, também deixou importante obra na área do Direito. Em *A Propriedade*, ele estuda o tema na linha do que denomina “direito dos bens”, abrangendo as coisas incorpóreas, e discute questões como posse, privilégios, obrigações e contratos.

Outro título de destaque que

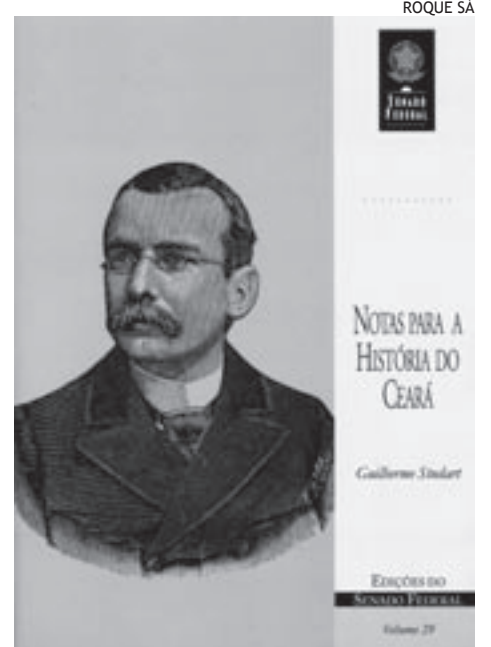
chega pela primeira vez a Fortaleza é *Dois Anos no Brasil*, de Auguste François Biard, com 252 páginas e preço estipulado em R\$ 20. Nascido em Lyon, em 1798, Biard veio para o Brasil em meados do século 19 para ser retratista de dom Pedro II. Também trabalhou como caricaturista e foi professor da Academia Imperial de Belas Artes.

Da coleção *Biblioteca Básica Brasileira*, o Conselho Editorial publicou *Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*, de Manuel Emílio Gomes de Carvalho. O livro comenta a participação brasileira na Constituição portuguesa de 1821. Através da descrição do autor, percebe-se o caráter nacionalista na atuação dos deputados que representaram o Brasil no Parlamento

português.

Publicado originalmente em 1912, e reeditado pelo Senado em 1972, a obra ganha agora outra edição. Com 334 páginas e comercializado a R\$ 20, o livro conta parte da história constitucionalista de Portugal e do Brasil. O sentimento nativista dos deputados brasileiros em Portugal resultou, um ano depois, na independência brasileira.

Outras novidades que podem ser encontradas no estande do Senado na bienal cearense são os títulos da coleção *História do Direito Brasileiro*: *Instituições de Direito Civil Brasileiro*, de Lourenço Trigo de Loureiro; *Estudos de Direito*, de Tobias Barreto; e *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil*, de Oscar Macedo Soares.



Os visitantes poderão adquirir *Notas para a História do Ceará*

## JORNAL DO SENADO

**MESA DO SENADO FEDERAL**  
Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Shessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treice Schwengder (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio L. G. da Silva e Wesley Bezerra

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazilio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valtter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



# Campanha de multivacinação prossegue até sexta-feira

Começou no dia 21 de agosto e vai até sexta-feira, dia 3, a segunda etapa da Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite. Nesse período, as crianças menores de cinco anos poderão ser vacinadas contra a poliomielite (que causa a paralisia infantil) e as crianças de 12 meses a quatro anos, com a tríplice viral, que previne contra o sarambo, a rubéola e a caxumba. Todas as crianças

nessa faixa etária devem ser levadas aos postos de vacinação, inclusive aquelas que tomaram a vacina na primeira etapa da campanha, em junho deste ano. O responsável pela criança deve levar também o cartão de vacinação. Caso o documento esteja desatualizado, serão aplicadas as vacinas que faltam.

A imunização será feita dentro do horário normal de funcionamento dos postos de saúde, das

8h às 17h. Se, após a vacina, a criança apresentar reações anormais, deve-se procurar novamente o posto de saúde para o devido atendimento especializado.

Nesta edição do *Especial Cidadania*, conheça o calendário de vacinação recomendado pelo Ministério da Saúde, sintomas das doenças, projetos em tramitação sobre o assunto e telefones úteis para mais informações.



Todas as crianças menores de cinco anos devem ser vacinadas contra a poliomielite, o sarambo, a rubéola e a caxumba

## Calendário básico de vacinação

A partir de 2004 o Ministério da Saúde (MS) adotou três calendários obrigatórios de vacinação: para crianças, adolescentes, adultos e idosos. Para efeito de recebimento de benefícios sociais, matrícula em escolas, alistamento militar e contratação trabalhista, será exigido comprovante de vacinação atualizado. Abaixo, o calendário básico do MS para todas as idades. Mais informações pelo Disque Saúde: 0800 61 1997.

IDADE	VACINAS	DOSES	DOENÇAS EVITADAS
Ao nascer	BCG - ID	dose única	Formas graves de tuberculose
	Vacina contra hepatite B <sup>(1)</sup>	1ª dose	Hepatite B
1 mês	Vacina contra hepatite B	2ª dose	Hepatite B
2 meses	VOP (vacina oral contra pólio)	1ª dose	Poliomielite ou paralisia infantil
	Vacina tetravalente (DTP + Hib)	1ª dose	Difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções causadas pelo <i>Haemophilus influenzae</i> tipo b
4 meses	VOP (vacina oral contra pólio)	2ª dose	Poliomielite ou paralisia infantil
	Vacina tetravalente (DTP + Hib)	2ª dose	Difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções causadas pelo <i>Haemophilus influenzae</i> tipo b
6 meses	VOP (vacina oral contra pólio)	3ª dose	Poliomielite ou paralisia infantil
	Vacina tetravalente (DTP + Hib)	3ª dose	Difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções causadas pelo <i>Haemophilus influenzae</i> tipo b
	Vacina contra hepatite B	3ª dose	Hepatite B
9 meses	Vacina contra febre amarela <sup>(2)</sup>	dose única	Febre amarela
12 meses	SRC (tríplice viral)	dose única	Sarambo, rubéola, síndrome rubéola congênita e caxumba
15 meses	VOP (vacina oral contra pólio)	reforço	Poliomielite ou paralisia infantil
	DTP (tríplice bacteriana)	1ª reforço	Difteria, tétano e coqueluche
4 a 6 anos	DTP (tríplice bacteriana)	2ª reforço	Difteria, tétano e coqueluche
	SRC (tríplice viral)	reforço	Sarambo, rubéola e caxumba
6 a 10 anos	BCG - ID <sup>(3)</sup>	reforço	Formas graves de tuberculose
10 a 11 anos	dT (dupla adulto)	reforço	Difteria e tétano
	Vacina contra febre amarela	reforço	Febre amarela
Mulheres de 12 a 49 anos	SR (dupla viral)	dose única	Sarambo, rubéola e síndrome rubéola congênita
A partir de 60 anos	Vacina contra influenza <sup>(4)</sup>	dose anual	Gripe (influenza)
	Vacina contra pneumococos <sup>(5)</sup>	dose única	Pneumonias

(1) A dose deve ser administrada nas primeiras 12 horas de vida. (2) A vacina está indicada para crianças e adultos que residem ou que irão viajar para área endêmica, área de transição e área de risco potencial da doença. Se viajar para áreas de risco, vacinar contra febre amarela dez dias antes da viagem. (3) Em alguns estados, esta dose não foi implantada. (4) É oferecida anualmente durante a campanha nacional de vacinação de idosos. (5) É aplicada nos indivíduos que convivem em instituições fechadas, tais como casas geriátricas, hospitais e asilos, com apenas um reforço cinco anos após a dose inicial.

## Sintomas e riscos: é melhor prevenir as doenças

O sarambo e a poliomielite são consideradas duas das doenças mais graves na infância. Com a multivacinação, as crianças ficam imunizadas. Saiba mais sobre as doenças:

### Poliomielite e sarambo

Os sintomas iniciais da poliomielite e do sarambo se parecem: febre alta, fadiga e dores de cabeça. No caso do sarambo, os pacientes têm tosse intensa, coriza, conjuntivite e pele com placas avermelhadas.

A poliomielite é uma doença altamente infecciosa provocada pelo *poliovírus*. Apesar da erradicação da poliomielite no país, as campanhas continuam por medida de segurança. A vacina evita a reintrodução da doença, já que casos ainda são registrados no Afeganistão, Índia, Somália, Paquistão, Nigéria e Egito.

O sarambo é causado pelo *morbilivírus*. O contágio acontece por meio de secreções respiratórias. Adquire-se a infecção, por via aérea, através de gotículas veiculadas por tosse ou espirro; as partículas virais permanecem por longo tempo no meio ambiente. A transmissão inicia-se antes do aparecimento da doença e perdura até o 4º dia após a erupção. O tratamento do sarambo é voltado para o controle das complicações.

### Rubéola

Causada pelo *rubivirus ru-*

*bella*, é uma doença contagiosa, transmitida pelas vias respiratórias, muito temida durante a gravidez, principalmente no primeiro trimestre, quando traz riscos como abortos e má-formação. Devem-se imunizar as mulheres que não tiveram a doença antes da fase fértil.

Os sintomas mais comuns são febre baixa, aumento de gânglios no pescoço, manchas avermelhadas, inicialmente no rosto e que evoluem rapidamente em direção aos pés. Não há tratamento específico. Poucos pacientes demandam tratamentos sintomáticos; em geral, analgésicos comuns controlam as dores articulares e musculares e a febre.

### Caxumba

Causada pelo *paramyxovírus*. A transmissão se dá por contato direto com secreções das vias aéreas superiores de pessoas infectadas (saliva, espirros). Os sintomas podem surgir de 12 a 25 dias após o contato com a pessoa infectada: dor e inchaço da glândula parótida, localizada perto do ouvido, calafrios, dores de cabeça e muscular, perda de apetite, febre e dor ao mastigar ou engolir. A caxumba pode durar uma semana ou mais. Algumas crianças podem sofrer problemas no sistema nervoso central (incluindo meningite) depois de contrair caxumba.

## Projetos em tramitação visam garantir a imunização de crianças e idosos

O PLS 474/99, do senador Tião Viana (PT-AC), instituiu o Dia Nacional de Vacinação contra Hepatite B. Para enfrentar a limitação de recursos, o deputado Nelson Proença (PPS-RS) apresentou o PLC 97/01, instituindo o Programa Voluntário de Vacinação, que possibilita o engajamento do setor privado no fornecimento de vacinas para o trabalhador e seus dependentes.

O Dia Nacional da Vacinação do Idoso e o Programa de Vacinação em Idosos internados ou recolhidos em instituições geriátricas são propostas do então deputado Eduardo Jorge. O autor acredita que o programa representará um benefício significativo para os idosos em termos de melhoria de qualidade de vida e aumento da

expectativa de vida; ao mesmo tempo, significará uma economia expressiva para o Sistema Único de Saúde (SUS), pois com recursos relativamente baratos serão poupados gastos enormes em internações e complicações decorrentes de doenças.

Terá direito a abono o trabalhador que faltar ao serviço para levar filho ou dependente menor de cinco anos de idade para vacinar, conforme o PL 2.123/96, do deputado Paulo Feijó (PSDB-RJ). A obrigatoriedade da impressão do quadro de vacinas infantis nas embalagens de leite é o objetivo do PL 2.616/00, do deputado Enio Bacci (PDT-RS), que visa alertar a população para a importância da vacinação.

O PL 1.963/03, da deputada Marinha Raupp (PMDB-RO), torna obrigatória a vacinação

de mulheres, na faixa etária de 12 a 49 anos, contra a rubéola. A medida objetiva a proteção daquelas mulheres que não alcançaram os benefícios da tríplice viral, constante do novo calendário de vacinação.

A inclusão da vacinação nos planos ou seguros de saúde é a finalidade do PL 7.393/02, do deputado Luiz Antonio Fleury (PTB-SP), segundo o qual as operadoras terão seus custos reduzidos e colaborarão para a diminuição da incidência de doenças.



Agente de saúde vacina idosa contra gripe no asilo Flor do Danúbio Azul, em São Paulo

Já o PL 2.805/03, do deputado Carlos Nader (PL-RJ), pretende condicionar os benefícios da assistência social prestada às populações das regiões afetadas pela seca à comprovação de recebimento de todas as vacinas obrigatórias.

## Informações

Disque Saúde: 0800 61-1997  
 Disque Medicamentos: 0800 644 -0644  
 Ministério da Saúde  
 Tel.: (61) 315-2425  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)  
 Ouvidoria Geral do SUS  
 Tel.: (61) 448-8900 e 448-8926  
 SEPN 511, Bloco C, Ed. Bittar IV  
 70750-543 - Brasília (DF)  
 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)  
 Tel.: (61) 448-1000  
[www.anvisa.org.br](http://www.anvisa.org.br)  
 Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)  
 Tel.: (21) 2598-4242  
[www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br)  
 Sociedade Brasileira de Pediatria  
 Tel.: (21) 2548-1999  
[www.sbp.com.br](http://www.sbp.com.br)  
 Centro Brasileiro de Informações sobre Medicamentos (Cebrim)  
 Tel.: (61) 321-0555